VICTOR HUGO PEREIRA GONÇALVES

TITULAR DE DADOS: MEMÓRIAS, ESQUECIMENTOS E VERDADES

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Dr. Newton De Lucca

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

VICTOR HUGO PEREIRA GONÇALVES

TITULAR DE DADOS: MEMÓRIAS, ESQUECIMENTOS E VERDADES

Tese apresentada junto à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutor.

Área de concentração: Direito Comercial

Orientador: Prof. Dr. Newton De Lucca

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

GONÇALVES, Victor Hugo Pereira.

Titular de Dados: Memórias, Esquecimentos e Verdades / Victor Hugo Pereira Gonçalves. São Paulo, 2020. 354 p.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2020.

Área de Concentração: Direito Comercial

Orientador: Prof. Dr. Newton De Lucca

1. Proteção de Dados. 2. Titular de Dados. 3. Privacidade. 4. Dados Pessoais. 5. Informação. 6. Memória. 7. Esquecimento. 8. Verdade. 9. Acesso à Informação. 10. Inclusão Digital.

Nome: GONÇALVES, Victor Hugo Pereira

Título: Titular de Dados: Memórias, Esquecimentos e Verdades

Tese de Doutorado apresentada junto à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor.

Área de concentração: Direito Comercial

Orientador: Prof. Dr. Newton De Lucca

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha mãe, Ana Maria Pereira Gonçalves, a quem em meus pensamentos cada dia vive mais; o amor pelos livros e pela vida me inspirou a não desistir jamais dos meus objetivos, mesmos nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai que sempre proveu mais do que podia para que chegasse até aqui.

À Jasmina Audič, pelo apoio incondicional ao projeto desse doutorado mesmo antes de começar. Nos momentos mais escuros que passei fui guiado a luz por suas mãos, ensinamentos, rezas, carinho e amor. Não há meios para retribuir tudo que me foi dado por você. Sou eternamente grato por tudo.

Ao meu amigo Omar Kaminski, além da convivência de anos, o respeito profissional, os conselhos e as trocas, quase que diárias, de conhecimento guiaram o meu percurso profissional. A tese tem muito dos seus ensinamentos e lições.

Ao Prof. Dr. Newton De Lucca, pelo carinho imenso com que sempre abraçou as minhas ideias e sonhos. A sua amizade inestimável, o rigor técnico e acadêmico e a motivação infundável, recheados de ternura e alegria, inspiram cada linha deste trabalho e da minha vida pessoal.

O homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo.

Michel Foucault

RESUMO

GONÇALVES, V. H. P. Titular de Dados: Memórias, Esquecimentos e Verdades. 2020. 354 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O titular de dados é um novo e recente sujeito de direito, feito de memórias, esquecimentos e verdades. Traçar as linhas de uma imagem, moldura do que seja o titular de dados constitui-se de objetivo importante para contextualizá-lo perante as tecnologias de informação e comunicação. O titular de dados não se confunde com consumidor, usuário ou cliente. Para se compreender o *locus* do titular foram analisados os princípios e direitos referentes e inerentes ao titular de dados, quais são as orientações que guiarão os controladores e o que se espera no processamento dos dados, sempre na perspectiva do seu titular. Analisar as estruturas jurídicas de relacionamento dos titulares de dados com os controladores dos dados e a questão do consentimento, o legítimo interesse e todas hipóteses legais admitidas para se controlarem os dados, que não podem estar mais fora do âmbito traçados pelo sistema protetivo de dados. Estabeleceu-se os parâmetros e relações jurídicas entre os titulares de dados e os controladores para a definição da extensão dos direitos envolvidos no tratamento de dados. E como exemplo desta situação, verificou-se os impactos da inteligência artificial no aumento da desigualdade entre o controlador e o titular de dados. O que faz surgir, em face disso, um direito à invisibilidade.

Palavras-chave: Titular de Dados. Dados Pessoais. Proteção de Dados Pessoais. Privacidade. Memória. Esquecimento. Verdade. Direito à Invisibilidade.

ABSTRACT

GONÇALVES, V. H. P. Data Subject: Memories, Oblivions and Truths. 2020. 354 f. Thesis (Doctorate) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

The data subject is a new and recent subject of law, made up of memories, forgetfulness and truth. Tracing the lines of an image, the frame of whoever is the data holder, constitutes an important objective to contextualize it in the face of information and communication technologies. The data subject is not to be confused with a consumer, user or customer. To understand the *locus* of the data subject, the principles and rights relating to and inherent to the data subject were analyzed, what are the guidelines that will guide the controllers and what is expected in data processing, always from the perspective of the data subject. Analyze the legal structures of relationship between data subjects and data controllers and the issue of consent, the legitimate interest and all legal hypotheses admitted to control this data, which can no longer be outside the scope outlined by the data protection system. Legal parameters and relationships were established between data subjects and controllers to define the extent of the rights involved in data processing. And, as an example of this situation, the impacts of artificial intelligence in increasing the inequality between the controller and the data holder were verified. Which gives rise to a right to invisibility.

Keywords: Data Subject. Personal Data. Data Protection. Privacy. Memory. Oblivion. Truth. Right to Invisibility.

LISTA DE SIGLAS

ABUSAR Associação Brasileira dos Usuários de Acesso Rápido

ALADI Associação Latino-Americana de Integração

ALALC Associação Latino-Americana de Livre Comércio

ALCA Área de Livre Comércio das Américas

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

ANPD Autoridade Nacional de Proteção de Dados

CIDH Corte Interamericana de Direitos Humanos

CC Código Civil

CCI Câmara de Comércio Internacional

CDC Código de Defesa do Consumidor

CETIC.BR Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação

CEDH Corte Europeia de Direitos Humanos

CF Constituição Federal

CNJ Conselho Nacional de Justiça

CPC Código de Processo Civil

FGV Fundação Getúlio Vargas

FIA Fundação Instituto de Administração

GDPR General Data Protection Regulation

IA Inteligência Artificial

IANA Internet Assigned Numbers Authority

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICANN Internet Corporation for Assigned Names and Numbers

INPI Instituto Nacional da Propriedade Industrial

LAIP Lei de Acesso à Informação Pública

LGPD Lei Geral de Proteção de Dados

LGT Lei Geral de Telecomunicações

MIT Massachusetts Institute of Technology

OCDE Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEA Organização dos Estados Americanos

OMC Organização Mundial do Comércio (em inglês WTO)

OMS Organização Mundial da Saúde

ONG Organização Não Governamental

ONU Organização das Nações Unidas

PRIS Plano de Resposta a Incidentes de Segurança

RIPDP Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais

RNP Rede Nacional de Pesquisas

STF Supremo Tribunal Federal

STJ Superior Tribunal de Justiça

TIC Tecnologia da Informação e da Comunicação

UE União Europeia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: RAZÃO PARA O ESTUDO, DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E METODOLOGIA.....	18
1.1 Introdução ao tema.....	18
1.2 Razões para se estudar o titular de dados.....	20
1.3 Definição do problema.....	21
1.4 Quadro teórico e hipóteses.....	22
1.5 Metodologia de pesquisa.....	23
1.6 Conclusão.....	24
2 DIREITO FUNDAMENTAL DA PROTEÇÃO DE DADOS.....	30
2.1 Cidadão deslocalizado de si.....	32
2.2 Direito da organização dos dados, das informações e do conhecimento.....	36
2.3 Existência jurídica dos dados pessoais no Brasil.....	40
2.4 Proteção de dados pessoais como direito fundamental.....	49
3 TITULAR DE DADOS: MOLDURA JURÍDICA DO CONCEITO.....	52
3.1 Titular de dados: aquele a que se referem os dados objetos de tratamento.....	53
3.2 Transversalidade do conceito jurídico de titular de dados.....	57
3.3 Titular de dados: pessoa física e pessoa jurídica.....	59
3.4 Titular de dados em seus aspectos privado e público.....	62
3.5 Titular de dados como <i>nomen juris</i> para LAIP e LGPD e a questão da capacidade jurídica.....	65
3.6 Titular de dados e a Lei de Acesso à Informação Pública: cidadania e democracia.....	68
3.6.1 Titular de dados e a cidadania.....	68

3.6.2 Titular de dados e o direito à verdade: legitimidade pelo procedimento.....	71
3.6.3 Titular de dados, LAIP e os Estados: inefetividade das normas.....	82
3.7 Titular de dados e o problema dos bancos de dados híbridos com interesses públicos.....	91
3.7.1 Corpo supliciado como chave de direitos.....	92
3.7.2 Titular de dados e os biobancos.....	97
3.7.3 Titular de dados e o interesse público.....	100
 4 OS PRINCÍPIOS E DIREITOS DO TITULAR DE DADOS.....	 103
4.1 Proteção de dados pessoais como direito fundamental de intervenção nos modelos econômicos e tecnológicos.....	105
4.2 Questões acerca do consentimento do titular de dados.....	108
4.3 Um olhar sobre a complexidade do Legítimo Interesse.....	113
4.4 Princípios de proteção de dados pessoais como interligação ao Direito Novo....	118
4.5 Direitos do titular de dados pessoais.....	127
4.5.1 Direito de requisição dos dados.....	128
4.5.2 Direito de confirmação da existência de tratamento.....	128
4.5.3 Direito de acesso aos dados	130
4.5.4 Direito de correção.....	131
4.5.5 Direito de anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou em desconformidade.....	132
4.5.6 Direito de portabilidade dos dados.....	135
4.5.7 Direito de apagamento ou eliminação dos dados pessoais: estão relacionados ao direito ao esquecimento?.....	140
4.5.7.1. Direito de eliminação de dados: memória e esquecimento.....	143
4.5.7.2 Titular de dados e o direito à verdade: o problema das <i>fake news</i>	150
4.5.7.3 Titular de dados e a história digital.....	156
4.5.8 Direito de informação sobre o compartilhamento dos dados.....	157
4.5.9 Direito de revogação de consentimento.....	162

4.5.10. Direito de petição à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, aos órgãos de defesa do consumidor, aos controladores e ao Poder Judiciário.....	163
4.5.11 Direito de oposição	168
4.5.12 Direito à gratuidade.....	168
4.5.13 Direito de revisão sobre as decisões automatizadas.....	170
4.5.14 Direito de vedação a tratamento em seu prejuízo.....	177
4.5.15 Direito à interpretação mais benéfica ao titular de dados.....	180
4.5.16 Direito à comunicação urgente em caso de vazamento.....	182
4.5.17 Direito à segurança da informação.....	185
4.5.18 Direito à inclusão digital: direito de não ser impedido de acessar serviços do controlador e o direito de não ser bloqueado por autoridades públicas.....	188
4.5.19 Direito de perseguição aos dados em qualquer lugar a qualquer tempo.....	191
4.5.20 Direito dos titulares crianças e adolescentes.....	192
4.5.20.1 Do consentimento específico e destacado dos pais ou responsáveis legais.....	194
4.5.20.2 Das práticas do controlador de dados de crianças e de adolescentes.....	197
4.5.20.3 Do Tratamento diferenciado aos titulares crianças e adolescentes.....	199
4.5.21 Direito dos titulares mortos ou ausentes.....	200
4.5.21.1 Do início, meio e fim do tratamento de dados do titular morto, declarado morto ou ausente.....	202
4.5.21.2 Da tutela individual, coletiva e difusa dos dados do morto e do ausente.....	205
4.5.21.3 Discussões sobre os dados biométricos e genéticos do titular morto e ausente.....	206
4.5.21.4 Morte e privacidade: o que fazer com os dados do titular?.....	211
4.6 Sobre a vedação e a limitação dos direitos do titular de dados.....	213

5 AS RELAÇÕES JURÍDICA E PRÁTICAS ENTRE OS TITULARES E CONTROLADORES E OPERADORES.....	223
5.1 Titular de dados e os controladores: o uso da tecnologia para autodeterminar a própria memória e a verdade.....	225

5.2 Titular de dados e os controladores: um novo processo de efetivação de direitos pela construção de pluralismos jurídicos.....	229
5.3 Titular de dados e a cadeia de consentimentos e legítimos interesses (CCLI)....	237
5.4 Caráter vinculativo aos direitos dos titulares dos relatórios de impacto à proteção de dados pessoais e dos planos de resposta a incidentes de segurança.....	239
5.5 Do término do tratamento dos dados do titular pelo controlador.....	242
5.6 Dos vazamentos de dados dos titulares.....	245
5.6.1 Vazamento de dados: definição e delimitação jurídica.....	246
5.6.2 Dos requisitos necessários para o controlador evitar ou afastar os efeitos do vazamento de dados.....	247
5.6.3 Pós vazamento de dados: os direitos do titular de dados.....	251
5.7 Titular de dados, livre acesso e transparência: a prática.....	254
5.7.1 Da pesquisa feita aos controladores de dados.....	255
5.7.2 Escopos de cada questão.....	257
5.7.3 Aspectos a serem analisados pelas respostas dos controladores.....	260
5.7.4 Justificativas legais para se responder ao questionário.....	261
5.7.5 Da escolha somente de controladores privados.....	262
5.7.6 Respostas enviadas pelos controladores.....	263
5.7.6.1 Primeiro questionário – agosto de 2019.....	263
5.7.6.2 Segundo questionário – janeiro de 2020.....	263
5.7.7 Conclusões da pesquisa.....	264
 6 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O TITULAR DE DADOS: ESTUDO DE CASOS SOBRE O RECONHECIMENTO FACIAL E O DIREITO À INVISIBILIDADE. 265	
6.1 Inteligência artificial, mito e oráculo.....	269
6.2 Inteligência artificial e a constituição do sujeito do futuro.....	274
6.3 Modelos de negócio baseados em inteligência artificial: a monetização reificante do sujeito desconectado de si e de seus direitos.....	281
6.4 Direitos específicos do titular que tornam visíveis o reconhecimento facial e as tecnologias de inteligência artificial.....	288

6.4.1 Comunicação prévia virtual e real sobre a implementação do reconhecimento facial: implementação de práticas de visibilidade.....	290
6.4.2 Da múltipla autorização prévia e expressa.....	291
6.4.3 Do legítimo interesse para se utilizar do sistema de reconhecimento facial: interpretação restritiva.....	293
6.4.3.1 Do uso do legítimo interesse sobre dados do titular para fins privados.....	293
6.4.3.2 Do uso do legítimo interesse sobre dados do titular para interesse público.....	295
6.4.4 Do tempo e o do término do tratamento do reconhecimento facial.....	296
6.5 Direito à invisibilidade do titular de dados e o direito novo.....	297
 7 CONCLUSÃO.....	 306
 REFERÊNCIAS.....	 314
 ANEXO I – MODELO DE CARTA DE REQUISIÇÃO DE DADOS PESSOAIS... 350	

1. INTRODUÇÃO: AS RAZÕES PARA SE ESTUDAR O TITULAR DE DADOS, A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E A METODOLOGIA

1.1. Introdução

Durante o desenvolvimento da minha vida pessoal e carreira profissional, enfrentei diversos problemas relacionados com proteção de dados pessoais, segurança da informação, direitos do consumidor e direito digital. Em 2004, fui diretor jurídico da Associação Brasileira dos Usuários de Acesso Rápido (ABUSAR). Os casos que trabalhamos naquela época questionavam as práticas das empresas de telecomunicações ao proverem o ainda incipiente acesso à internet, via banda larga, que era novidade, pois a maioria dos acessos eram realizados por conexão discada (*dial up*), mais lenta e cara. A perspectiva da ABUSAR era defender o usuário de internet das práticas comerciais abusivas das operadoras e buscar construir um caminho que fomentasse a profusão de provedores de acesso e os direitos de quem quisesse se utilizar das benesses do acesso rápido a informações e comunicação. Durante os anos de 2000 até 2010, o trabalho consistia em defender o usuário das práticas ilícitas que impediam a expansão da internet e os sobrecarregavam com taxas e práticas comerciais, que percorriam desde a venda de um provedor de acesso desnecessário, passando por propagandas enganosas de velocidade de internet, que no fundo eram 10% do que estava no contrato, até a limitação do tráfego de dados para quem consumisse mais do que o estipulado pelas operadoras. O trabalho era árduo, pois haviam poucas leis para a realidade digital e o entendimento de governos e do Poder Judiciário sobre as tecnologias de informação e de comunicação eram bem limitadas a uma perspectiva em prol das empresas de telecomunicações. Era tudo muito novo, incipiente.

Mesmo assim, conseguimos fazer através da associação e das minhas investigações acadêmicas algumas vitórias importantes para se ampliar o acesso do usuário de internet a serviços melhores e menos abusivos. Afastou-se a cobrança indevida de provedor de acesso via banda larga, a limitação do tráfego de dados, a cobrança abusiva de internet em

10% da velocidade contratada dentre outras ilicitudes. A perspectiva de defesa do usuário sempre foi o foco da atuação na associação e nos artigos acadêmicos. Denota o direcionamento dessa busca a construção da minha dissertação de mestrado que desenvolvi na área de Direitos Humanos. Abraçou-se como tema a inclusão digital como direito fundamental do cidadão. Mais uma vez, a defesa do usuário, em seu caráter público, foi a linha condutora da dissertação.

Com a adoção das leis de proteção de dados pessoais e de privacidade, novos desafios à defesa do usuário são trazidos. O usuário torna-se agora um titular de dados. Titular de dados que é o destinatário de todos os tratamentos de dados que são feitos em seu nome e, em tese, a seu benefício. Neste sentido, e por conta da mudança geracional de aumento da importância do titular de dados que é necessário conduzir a pesquisa sob esse viés jurídico e tecnológico. Entender o contexto do titular no sistema protetivo de dados, sem olvidar lutas e combates feitos desde os anos 2000, redirecionou e deslocou a pesquisa que vinha desenvolvendo.

A tese será focada para enxergar o sistema protetivo de dados no *titularcentrismo* e em como os controladores, públicos e privados, são obrigados a interagir com a realidade jurídico tecnológica diferenciada e *suis generis*. Responder o que é o sujeito de direito e como ele se espraia dentro da ordenação¹ jurídica constituirão um dos grandes objetivos da tese, tanto em termos teóricos quanto práticos. Ao fim, entender como surge o humano do titular de dados num ambiente a ser dominado por decisões automatizadas e inteligência artificial.

¹ Nessa tese, em vez de ordenamento jurídico, será utilizado ordenação jurídica. Dois são os motivos para a adoção do vocábulo. O primeiro refere-se a minha formação de historiador. Documentos e arquivos históricos que pesquisei ao longo de minha vida acadêmica sempre se grafaram ordenação (Ordenações Manuelinas, Ordenações Filipinas, etc.). Por outro lado, acolho também o seguinte argumento de Newton De Lucca: "Contra a quase unanimidade da doutrina nacional, venho me utilizando, invariavelmente, da palavra *ordenação* jurídica, de todo preferível, a meu ver, à palavra *ordenamento* jurídico. Com efeito, ela parece mais consentânea com o idioma português, não havendo razão para o emprego do italianismo, conforme já destacado pela autorizada voz do gramático Napoleão Mendes de Almeida. Afinal de contas, nós tivemos as ordenações afonsinas, manuelinas e filipinas e não ordenamentos afonsinos, manuelinos e filipinos..." (DE LUCCA, 2009, p. 234, nota de rodapé 1)

1.2. Razões para se estudar o titular de dados

O surgimento do titular de dados é novo e desafiador em todos os seus aspectos econômicos, sociais, culturais, tecnológicos e, principalmente, jurídicos. Uma figura jurídica que pode revolucionar o direito e a forma como se desenvolvem tecnologias, produtos e serviços, relações sociais e culturais. O titular de dados é a força efetivamente disruptiva que desencadeará uma série de mudanças na maneira de se aplicar e conceber o direito.

Praticamente todos os países, de forma direta ou indireta, numa corrida legislativa mundial, já regulamentaram de alguma maneira a proteção de dados ou acesso a informação pública. A profusão de leis nesse sentido começou a partir dos anos 2000, quando o assunto tornou-se urgente, em face das tecnologias de informação e de comunicação, amplificadas com o aumento exponencial da distribuição da internet de banda larga. Por outro lado, no aspecto político, que vem desde o final do séc. XX, houve uma mudança sobre a forma de se pensar o Estado numa sociedade que cada vez mais exige transparência no modo de se tratar a coisa pública (*res publica*).

Contudo, nenhuma das leis nacionais ou internacionais oferece soluções específicas para se entender o contexto socioeconômico e histórico da proteção de dados pessoais nem o seu titular. Diante disso, torna-se relevante analisar o sistema protetivo de dados a partir do lugar do titular, bem como a sua capacidade de compreensão da realidade jurídico tecnológica, as relações práticas que elas se desenvolvem, o quadro institucional que o cerca para, assim, identificar os fatores relevantes no processo decisório que trata, coleta ou elimina os seus dados. Permeado por esse ponto de vista, iluminar as tomadas de decisões da futura Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), do Poder Judiciário e, principalmente, dos controladores que, efetivamente, manuseiam os dados.

Compreender conceitos que são indeterminados e/ou recentes, que ainda não possuem literatura e doutrina suficientemente consolidadas, ajudará na produção do conhecimento necessário para traçar os percalços, os caminhos, os embates e as lutas que envolvem os titulares de dados. Ao apreender os conceitos novos desenvolvidos em torno

do titular, com todo o cuidado metodológico, deve-se defini-los, redefini-los e subsumi-los ao sistema jurídico vigente e extrair daí a sua condição de validade e de aplicabilidade.

Ao cabo, a tese poderá ajudar a responder algumas questões sobre: o que seria o interesse público superior, que ensejaria uma limitação dos direitos do titular; o que pode ser ou não público ou disponibilizado ao público; quem terá acesso aos dados produzidos pelo titular; o que é segurança da informação; o que é direito ao esquecimento no contexto das tecnologias de informação e comunicação; o que é memória; o que são as verdades produzidas no processo de construção do titular; e como entender o banco de dados como uma fonte de poder. Um poder que é do titular de dados e não mais dos controladores, que, na prática, vêm tratando deles, com ou sem consentimento, há décadas sem quaisquer oposições.

A tese tem como objetivo construir uma moldura sobre o fenômeno jurídico do que é o titular de dados e como ele deve ser aplicado no contexto seu sistema protetivo. Com a angulação do sistema protetivo partindo do titular, há uma mudança perceptível na interpretação da ordenação jurídica como um todo e na construção de caminhos mais significativos para se entender o fenômeno que está a se estudar.

1.3. Definição do problema

O titular de dados é o único detentor de seus dados, podendo, em alguns casos restritos e definidos em lei, concedê-los, por um certo período de tempo e de espaço, para alguma finalidade constitucional, a um controlador, público ou privado. É somente nesse viés que o titular de dados pode se autodeterminar em sua dignidade humana, o que não lhe pode ser restringido. A contextualização é importante, pois, com as tecnologias de informação e de comunicação, os governos, em prol de conceitos jurídicos indeterminados, tais como segurança nacional, luta contra o terrorismo, dentre outras justificativas apocalípticas, têm atacado a noção de privacidade dos titulares, muitas vezes com o apoio dos próprios, que, sem entender os efeitos colaterais dessas atuações, liberam o acesso a esses dados sem questionar os usos e os por quês. O suposto efeito colateral, que tem se

tornado cada dia mais o principal quando deveria ser acessório, é a vigilância constante dos titulares de dados. E uma das perguntas mais intrigantes da tese é saber se o sistema protetivo dos dados auxilia o titular contra as práticas que o vigiam constantemente ou permite que elas sejam justificadas por essas normas. Nesse sentido, por meio ou não de normas de proteção de dados, os titulares de dados sofrem com as práticas jurídicas e tecnológicas que os *hipervisibilizam* e os *hiperconectam* aos sistemas de vigilância e de controle. Esse ponto será discutido à exaustão, tornando-se um dos problemas mais pujantes da atualidade.

Assim, o escopo da presente tese tem como definição de problemas propostos, mas não limitados a eles somente, buscar respostas para as questões:

1. O que é o titular de dados e quais são os seus limites jurídicos e tecnológicos?
2. Quais são os princípios e os direitos que envolvem o titular de dados?
3. Nas práticas jurídicas e tecnológicas, quais são os desafios estabelecidos para que o titular de dados tenha todos os seus direitos implementados pelos controladores, que efetivamente manuseiam os seus dados?
4. Em face dos desafios presentes, o futuro impõe ao titular de dados, por meio das tecnologias de decisões automatizadas e máquinas de aprendizado, que possibilitam a criação de sistemas de inteligência artificial, novos obstáculos à implementação de seus direitos. Como manter intacto os direitos e as garantias do titular de dados num mundo de decisões automatizadas?

Todas as questões feitas acima auxiliarão no desenvolvimento de respostas, mas que, com certeza, gerarão outras novas questões, o que a presente tese não se furtará de realizá-las.

1.4. Quadro teórico e hipóteses

A análise que será feita sobre o titular de dados compreenderá principalmente o que se encontra na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira (LGPD, Lei n.

13.709/2018). A LGPD é o estágio mais avançado de legislação protetiva de dados que vem se desenvolvendo desde a Constituição brasileira de 1988. Nas lacunas da LGPD, que são muitas, serão preenchidas pela história da formação do que seja o titular de dados e que está contida em outras legislações, além da Constituição: Código de Defesa do Consumidor, Marco Civil da Internet, Código de Processo Civil, Lei de Procedimento Eletrônico, dentre outras, que ajudarão a compreender a moldura do titular de dados.

Na constituição do titular de dados e seus direitos buscar-se-á o auxílio das legislações internacionais, principalmente da General Data Protection Regulation (GDPR) da União Europeia, em que os sistemas regulatórios e judiciais já estão mais desenvolvidos na aplicação prática desses direitos. As Convenções europeia e americana de direitos humanos serão importantes para o entendimento do fenômeno da proteção de dados, do acesso à informação pública e da privacidade. Ademais, e para a tese é necessário o enfoque, não se olvidará das leis e das convenções latino-americanas que possuem similaridades e confluências com o que é vivido e praticado no Brasil. É a partir dessa experiência que também se construirá o titular de dados brasileiro.

O sistema protetivo de dados também será configurado a partir da jurisprudência brasileira construída desde a Constituição de 1988. Algumas escolhas legislativas da LGPD são frutos de decisões judiciais consolidadas. Esse entendimento da influência da jurisprudência brasileira no sistema protetivo de dados torna-se essencial para delimitar os direitos dos titulares e os deveres objetivos dos controladores de dados. O estudo também utilizará de decisões das cortes americana e europeia de direitos humanos que já trataram do tema da privacidade e da proteção de dados pessoais. Dessas análises enxergar-se-ão quais os direcionamentos que devem ser atribuídos à defesa dos direitos do titular.

1.5. Metodologia de pesquisa

A fim de responder as perguntas fundamentais da tese, dentre outras que surgirão, a pesquisa aplicará os seguintes métodos: análise da doutrina jurídica relevante, sem se esquecer da literatura que envolve aspectos tecnológicos, históricos e filosóficos inerentes à constituição do titular de dados e sua fenomenologia.

A doutrina e a literatura envolvidas na pesquisa incluem os estudiosos profissionais e científicos, nacionais e internacionais, relacionados à proteção de dados, acesso à informação pública, direito constitucional e consumerista. A ênfase será dada primordialmente aos estudiosos de segurança de informação e de proteção de dados, com o intuito de traçar, de maneira mais clara, uma prática sustentável no âmbito de abrangência do titular de dados e seus direitos.

A jurisprudência também será objeto de estudo em torno da prática jurídica que o sistema protetivo de dados vem se desenvolvendo em níveis nacional e internacional. Além disso, e de forma pouco convencional nos estudos jurídicos, desenvolveu-se a metodologia investigativa e de pesquisa que consistiu em dois tipos de análise: um questionário aos controladores de dados, com o fulcro de compreender como os direitos dos titulares serão construídos, obstruídos e efetivados no Brasil; e a análise dos *sites* e de documentos jurídicos disponibilizados pelos mesmos controladores, para estabelecer se eles efetivamente aplicavam os princípios da proteção de dados. Em relação ao questionário, são 9 perguntas (ANEXO 1) que traçaram alguns conceitos legais e exigíveis na legislação vigente e que deverão ser cumpridos pelos controladores, bem como outros que serão aplicados com a entrada em vigor da LGPD. Por meio das respostas, entender o nível de maturidade de todo o sistema protetivo e quais as melhores formas de implementá-los sempre com foco no titular de dados e os problemas, as lutas, os combates e os obstáculos que ele pode vir a ter no seu dia a dia. Na segunda parte da investigação, foi analisado como os controladores informam e se relacionam com os titulares de dados e os princípios trazidos no art. 6º da LGPD: livre acesso, adequação, necessidade, transparência, finalidade, necessidade, qualidade dos dados, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

1.6. Conclusão

A esses cruzamentos e complexidades, entre tantas leis, normas e interpretações, direcionou-se a tese para o reconhecimento do valor da dignidade humana e do princípio da autodeterminação de cada indivíduo, digital ou real. Nesse passo, surge a figura do titular dos dados pessoais como uma possibilidade de solução para essas questões e

dilemas que envolvem a virtualização do sujeito e de suas práticas. Parece singela a ideia de que cada ser humano é dono de seus próprios dados. Contudo, o desenvolvimento da ideia de proteção de dados pessoais como inerente e relativa à dignidade da pessoa humana foi cozida lentamente em todas as suas complexidades. Por mais de três décadas, caminhou-se para uma solução de se colocar o titular de dados como fim do sistema protetivo de dados e dois foram os motivos primordiais para isto: a total incapacidade do Estado de atender as demandas de todos os cidadãos; e o modelo econômico focado na velocidade das transformações de uma economia global, baseada na ciência e na tecnologia.

Destituído de um entendimento sobre si e o que produz sobre si, não foi rara a situação, nesse período de três décadas, de que o próprio titular teve de suplicar por seus dados, pois governos e empresas acreditavam, e ainda acreditam, que esses dados lhes pertenciam. Tal ideia se sustenta numa visão que só dessa maneira torna-se possível a maximização e a ampliação global do mercado financeiro e econômico, bem como da montagem de um aparelho estatal que vigia e controla melhor que no passado.

Constatou-se, com a proliferação das tecnologias de informação e de comunicação, num modelo econômico global, que o titular dos dados fica à mercê de práticas as quais não tem controle ou participação, na qual toda uma economia sobre si é enjeitada para gerar lucros sobre os dados, as informações e o conhecimento. Parte da maximização dos dados como gerador de riqueza deve-se ao modelo *freemium*², que se espalhou por toda economia digital. Evgeny Morozov, enxergando a importância do conceito, faz uma análise acurada desse modelo de negócios:

“À medida que nossos aparelhos e objetos deixam de ser analógicos e passam a ser ‘inteligentes’, esse modelo do Gmail vai se difundir por todos os lados. Uma parcela de modelos de negócio vai nos prover com aparelhos e objetos gratuitos ou eles custarão uma fração do custo real. Em outras palavras, você recebe de graça uma escova de dente inteligente, mas, em troca, permite que ela colete dados sobre como é usada. São esses dados que financiarão o custo da escova. Ou, no caso de aparelhos com telas ou alto-falantes, você poderá ver ou ouvir um anúncio personalizado com base no uso do dispositivo, e é esse anúncio que financiará o custo” (MOROZOV, 2019, p. 129).

2 “*Freemium* é um modelo de negócios que funciona oferecendo serviços básicos gratuitos, enquanto cobra por outros mais avançados ou especiais. A palavra “*freemium*” é uma junção em inglês das duas palavras que descrevem o modelo de negócios: ‘*free*’ e ‘*premium*’” (MOURNIER, 2018).

Mesmo com o conhecimento superficial dos problemas e dos perigos desses serviços, muitos titulares estão dispostos a entregar os seus dados de boa-fé para empresas ou governos, em prol de um suposto benefício, que não é mensurável em termos quantitativos, ou até mesmo qualitativos. Em face da ilusão de bem estar que ofusca o entendimento, há a necessidade de se regular toda essa cadeia de produção de dados por meio da proteção da parte mais vulnerável: o titular de dados.

Entretanto, a mudança para reconhecer no titular o centro das práticas jurídicas e tecnológicas não foi completa. Aliás, está longe de acontecer. Não se alteram automaticamente práticas e negócios consolidados por tanto tempo e que foram maximizados por um modelo econômico, que ainda se utiliza da lógica do *freemium*, e do uso intensivo de dados (*big data* e inteligência artificial) para gerar lucros e mais serviços. Além disso, uma das justificativas para sustentar a legitimidade desses modelos de negócios, é a sensação de que as informações geram benefícios sociais perceptíveis e que só poderiam existir com o acúmulo massivo de dados. Por exemplo, a possibilidade de o aplicativo de transporte Uber entregar os dados de locomoção dos seus usuários para ajudar nas políticas públicas de mobilidade urbana de determinadas cidades³. As análises estruturais e científicas acerca dos impactos das tecnologias de uso massivo de dados pessoais ainda não podem ser sopesadas como justificativas para não se questionar efetivamente o uso indiscriminado e sem controle das ferramentas de *big data*.

O ponto em questão, a despeito de todos os esforços na busca de se construir a efetivação das leis e a regulação das práticas dos controladores, será o de reconhecer que há um terreno inóspito para a consecução e implementação dos objetivos e dos princípios da proteção de dados. O campo de atuação é amplo e envolve desde o desconhecimento do titular de seu lugar na infraestrutura tecnológica complexa, que demanda que ele produza cada vez mais dados, caminha pelos comportamentos viciados de empresas e de governos em obter e incentivar a produção massiva de dados, até a definição jurídica do que é

3 “O Uber também ofereceu parte de seus dados de corridas na cidade de Nova York, onde estava enfrentando críticas por seu impacto no trânsito, e fez uma oferta geral para compartilhar seus dados com qualquer administração municipal. Dados como esses podem ajudar planejadores a melhorar o planejamento da cidade e reduzir o tráfego; a *time.com* imaginou “como o Uber poderia ajudar a acabar com os engarrafamentos’.” Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/4xnkqg/como-o-uber-lucra-quando-seus-motoristas-no-ganham-nada>, acessado no dia 21.10.2019. Para saber mais sobre a questão do compartilhamento de dados com a cidade de Nova York veja: <<https://techcrunch.com/2015/07/22/uber-releases-hourly-ride-numbers-in-new-york-city-to-fight-de-blasio/#.ppxguo2:ByWx>>, acessado no dia 21.10.2019.

efetivamente o titular, seus direitos, seus deveres, as ferramentas tecnológicas e jurídicas para o seu empoderamento. Enfim, desenvolver uma moldura jurídica em que todos possam entender uma nova configuração de sociedade e de modelo econômico.

Diante da miríade de possibilidades e atores, ao se analisar a legislação, a doutrina e as práticas que estão sendo construídas em torno da implantação nas empresas e nos governos de políticas de proteção de dados, constata-se que há um esquecimento de que tudo isso é realizado direcionando-se aos titulares de dados, os quais são obliterados ao final do processo de adequação. Perguntas simples não são respondidas pelas leis e por todos que controlam e processam os dados: como entrego as informações sobre os dados aos seus titulares? Como efetivar o livre acesso sem criar obstáculos? Quais são os mecanismos para facilitar a transparência do acesso do titular aos seus dados? Quem garante que o pedido de exclusão de dados foi efetivamente cumprido? Quais são os controles e mecanismos instituídos para a conferência acerca da veracidade das informações?

Enfim, uma série de perguntas que colocam em dúvida a efetividade da lei e de seus princípios na implantação de uma política de proteção de dados pessoais e privacidade. Nesse passo, para adicionar mais complicações, empresas de segurança e de tecnologia da informação vendem como solução serviços e produtos relacionados a certificações internacionais, tais como ISO/IEC 27001, 27002 e 27701 dentre outras, pois são procedimentos que podem auxiliar na implantação de uma política de proteção de dados, o que tem sido bastante utilizado para se estar “adequado” à lei. Contudo, os procedimentos normativos internacionais e nacionais não abrangem a complexidade da lei nacional de proteção de dados pessoais e, muito menos, são requisitos exigidos por ela para se implantarem os mecanismos de segurança da informação e da privacidade. Entender os discursos que perpassam as práticas e o que deveria ser feito serão respondidos ao longo da tese para construir os traços mais fortes do que é, ou pelo menos deveria ser, o titular de dados pessoais nas estruturas jurídicas e tecnológicas.

Assim, para se iniciar a contextualização jurídica dos fenômenos tecnológicos, o segundo capítulo tem como objetivo apontar a historicidade dos conceitos inerentes ao sistema protetivo de dados, tais como acesso à informação pública, proteção de dados pessoais e privacidade, e como eles foram desenvolvidos ao longo de 30 anos, o que para o

mundo do Direito é muito recente e ainda com poucos estudos relevantes. Traçado o desenho histórico, no capítulo 3, apresentam-se as linhas de uma imagem, moldura do que seja o titular de dados. É uma figura nova que não se confunde com consumidor, usuário ou cliente. É um novo sujeito de direito e que está sendo muito pouco analisado. A moldura permitirá a todos desenvolver uma definição jurídica consistente de quem é, por lei, o verdadeiro sujeito e titular de dados.

A análise principiológica, a ser feita no capítulo 4, é necessária para fazer funcionar, estrutural e sistematicamente, a definição do titular de dados e seus direitos, que serão analisados exaustivamente. Quais são as orientações que guiarão os controladores: como se pautar de antemão em relação ao que se espera no processamento e no controle dos dados pessoais, que não lhes pertence mais juridicamente; como produzir serviços que sejam *compliance* com a LGPD; a situação dos dados pessoais de crianças e de adolescentes; os dados de titulares mortos ou declarados mortos, etc.. Ao final, trazer o âmbito de aplicação da proteção de dados pessoais diretamente tendo como foco o titular.

No capítulo 5, a partir dos princípios e dos direitos traçados, analisar as estruturas jurídicas de relacionamento dos titulares de dados com os controladores: verificar a questão do consentimento; o legítimo interesse e todas hipóteses legais admitidas para se processar e controlar os dados, que não podem estar mais fora do âmbito traçados pela lei ou pelos princípios, o que pode ensejar inúmeras multas, sanções e indenizações; como se realizarão as comunicações e como elas são atualmente realizadas. Para atender a esses objetivos, desenvolveu-se, a partir das experiências da GDPR, um questionário para analisar o atual estágio prático das relações entre titulares e controladores e como elas se constroem. Independentemente das precauções e dos cuidados que tenham os controladores, podem ocorrer vazamentos de dados dos titulares. Os vazamentos podem permitir aos atacantes inúmeros benefícios contra os titulares. Eles podem abrir contas bancárias, cadastrar-se em inúmeros serviços públicos ou privados, usar os dados de cartão de crédito, aplicar golpes de engenharia social, entre outras. Com base nas imensas possibilidades danosas, analisar as relações jurídicas entre os titulares e os controladores é de suma importância para o controle da extensão dos danos de todos os envolvidos na prestação de serviços, na construção dos respectivos produtos e na utilização sadia e sustentável dos dados, sem destruir direitos e garantias fundamentais.

No capítulo 6, em face da profusão de dispositivos informáticos, por meio da prática amplamente difundida da inteligência artificial, mais especificamente no uso do reconhecimento facial para a implementação da ideia de segurança, como estudo de caso, analisa-se a legalidade dessas práticas e quais são os mecanismos para se protegerem efetivamente os dados dos titulares e sua privacidade, que será deslocada para um direito novo, condizente com as atuais práticas sociais, econômicas, históricas, culturais e tecnológicas: o direito à invisibilidade. Depois de toda a análise legal envolvendo o titular, num mundo que ficou viciado em consumo desregrado de dados e de informações, uma pergunta cabe: é possível desenvolver modelos de negócios sustentáveis, respeitando-se os direitos dos titulares de dados pessoais? A resposta positiva não se impõe, mas pode ser construída paulatinamente sem perder de vista os seus pontos negativos e positivos. Algumas proposições serão traçadas nesse sentido. Contudo, o caminho tecnológico a ser seguido deve ter como horizonte os direitos dos titulares de dados.

Uma tentativa de conclusão será a de construir novas perguntas para a legislação de proteção de dados pessoais que considerem o titular como ator principal de tudo que é regulado e normatizado. O titular de dados que é brasileiro e latino-americano. E não um simulacro de uma forma imperialista anglo saxônica, europeia ou até mesmo chinesa, que não reflete as instituições e as construções históricas desenvolvidas por aqui. Somente nesse viés latino americano, pode-se construir um fundamento relevante para contribuir com a temática e o sistema da proteção de dados pessoais.

7. CONCLUSÃO

Ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la devolvem como uma espécie de estigma. A discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade, constituída em favor da exclusão. Robert Castel

Construir uma conclusão acerca do novo sujeito de direito, que é o titular de dados, é uma tarefa quase impossível. O titular de dados ainda está sendo forjado e construído por meio de práticas, de perguntas, de dúvidas e de incertezas. A luta incessante direciona-se a enfrentar o estigma negativo de que não é o titular o real detentor de seus próprios dados, de sua própria dignidade, de sua própria autodeterminação. A unidade não cabe no conceito que se fraciona nos inúmeros percursos existentes entre tecnologias e as práticas sociais, históricas, econômicas e culturais. O titular de dados apenas está iniciando a sua história no mundo jurídico, trazendo conceitos paradigmáticos, inovadores e complexos consigo.

Inicia-se uma era no direito em que a multidisciplinariedade torna-se regra e não mais exceção. Os recortes metodológicos, outrora estáticos e delimitados, ficaram mais fluídos e porosos. A rigidez de outrora, defendida com unhas e dentes pelos puristas do direito, pode ser menos apertada, bem como nos ensina Thomas S. Khun, em *A estrutura das revoluções científicas*. As revoluções científicas se constroem no percurso: “uma ciência normal com um paradigma e dedicação para solucionar quebra-cabeças; seguida de sérias anomalias, que conduzem para uma crise; e finalmente resolução da crise por meio de um novo paradigma”²⁸⁵. O direito encontra-se no meio de uma crise acerca dos questionamentos à sua efetividade e relevância. Numa realidade dominada por ciência e por tecnologia, rápidas e efêmeras, o direito está perseguindo a construção de um ou mais novos paradigmas.

A crise do direito consiste no enfrentamento necessário, e a toda hora evitado, em relação às influências que os conceitos jurídicos sofrem interna e externamente. O campo de conhecimento jurídico ampliou-se e, aparentemente, não possui mais limites. Os

285 Condensação teórica de Ian Hacking sobre a teoria de Thomas Kuhn, no qual aponta o que seria a sua revolução científica e que influencia até os dias presentes as pesquisas interdisciplinares. (KUHN, 2017, p. 14).

estudiosos perderam o cuidado, que outrora havia, de se deter intensamente em exaurir, além de suas fronteiras, os conceitos e as definições, para extrair deles uma melhor compreensão acerca da sua fenomenologia jurídica e suas conexões. Nada pode justificar os discursos descuidados, em nome de uma celeridade ou apreço pela pura e simples citação, acerca das análises existentes sobre os conhecimentos jurídicos, que não são mais forjados nas suas relações dialéticas, teoria e prática, mas repetidos por semelhança, sem apuro metodológico, como se tudo pudesse ser encaixado num modelo pré-existente, encontrado no Google.

Ao direito nunca foi tão essencial ser efetivo, não como dogma, mas como chave de compreensão de uma realidade mutante e mutável. No percurso de construção de sua atualidade, os conceitos viajam na ordenação jurídica, influenciam e são influenciados, ressignificados e construídos diversamente para serem melhores aplicados, mais efetivos, mais significativos. São nesses movimentos dialéticos e em constante transformação que a tese buscou construir o conceito de titular de dados, como aglutinador de memórias, de esquecimentos e de verdades. Um novo sujeito de direitos que questiona a si mesmo, posicionando-o também como objeto de práticas e de relações, dentro e fora dele. A todo momento há a certeza de que o titular de dados transita por caminhos movediços e plurissignificativos. Enfrentar essas questões sem diluir o humano do titular de dados foi a pretensão incessante da tese.

A crítica constantemente realizada na tese direciona-se a construir uma perspectiva do direito, mesmo que as práticas não sejam jurídicas. Constitui-se em extremo equívoco, muito por influência do deslumbramento tecnológico e científico, olvidar uma visão que localize o que há de direito nos fenômenos estudados. Algumas perguntas metodológicas percorreram todos os capítulos: E o direito? É possível aceitar essa teoria no direito? E o que impacta no direito? Como ele se transforma? Qual é a reação do direito?. Essas perguntas direcionam a análise para enfrentar o normativismo que sempre recorre à lei para fechar o círculo metalinguístico que só reverbera o conceito jurídico indeterminado, distante e não localizável. Os questionamentos, por outro lado, também auxiliam a particularizar o titular de dados dentro de uma visão que privilegia conceitos desenvolvidos no direito brasileiro e latino americano, sem esquecer o desenvolvimento que ele tem em experiências estadunidenses e europeias, principalmente, na GDPR europeia. As

verdades, que não podem ser esquecidas, sobre o titular de dados, devem ser produzidas tendo ele como foco e na perspectiva de que ele se realiza na prática, no caso o Brasil. Por isso, a discussão sobre a historicidade da proteção de dados pessoais no Brasil é imprescindível para delimitar as análises que deveriam ser realizadas depois.

O titular de dados é feito de memórias, de esquecimentos e de verdades que são jurídicas, mas também tecnológicas, científicas, econômicas, sociais e culturais. A discussão do que seria uma moldura do conceito de titular de dados, como ele está localizado nos diversos campos de conhecimento, como ele funciona e faz funcionar teorias e práticas traça uma linha metodológica para não ampliar demais o conceito, que possui uma transversalidade que permeia e permeará todas as outras áreas. O titular de dados é consumidor, cidadão, contribuinte, paciente, usuário de internet, mas nem todos eles são titulares. Contudo, e deve-se alertar para isso, a linha que os separa está ficando cada dia mais tênue e os fenômenos mais complexos, demandando soluções mais rápidas a problemas que se multiplicam, demandando um aprofundamento do titular de dados na hermenêutica jurídica. Entender a moldura que define o titular de dados é de suma importância para resgatar o rigor científico e jurídico nesse momento de crise do direito, no enfrentamento das práticas tecnológicas e científicas de ser somente normalizado.

A discussão da moldura do titular envolve a localização física e virtual de seus dados. O titular, ao ingressar nas estruturas tecnológicas, é dissociado de si por meio de seus dados por meio de práticas estipuladas pelos controladores. Contudo, partindo-se da concepção do direito, o titular é uma união indissolúvel de seus dados, que lhe são personalíssimos. A órbita dos dados gira em torno do titular, porém, de que forma, a partir de qual interpretação, sob quais possibilidades, trouxeram a dimensão de sua memória virtual em constante atualização.

Ao cabo de toda a análise sobre a moldura jurídica, encontra-se nela um olhar diferente sobre a eterna discussão entre o público e privado, agora direcionada para a memória do titular em relação aos bancos de dados de controladores privados com características públicas, pois encerram em si o interesse social em sua utilização. É o que Evgeny Morozov e Francesca Bria chamam de **keynesianismo privado**²⁸⁶. As Big Tech e as

286 Ver Cidades Inteligentes (2019). John Maynard Keynes, um dos maiores economistas do séc. XX, acreditava que existiam dois problemas essenciais na economia mundial: a concentração de riqueza e a incapacidade de elas proverem o pleno emprego. Keynes acreditava que a solução para esses problemas

startups disruptivas baseiam o seu modelo de negócios no uso massivo de dados dos titulares, em contrapartida fornecendo determinados serviços, pagos ou não. Utilizam-se de inteligência artificial para tratar os dados e fazer as análises. Ao processarem dados numa magnitude antes inimaginável, que vão desde dados médicos até avaliações de restaurantes, geolocalizáveis e enriquecidos por outras fontes, as empresas disruptivas possuem a memória privada e pública não só de uma nação, mas do globo terrestre. Em termos de moldura do titular de dados, os bancos de dados privados possuídos pelas Big Tech não alteraram o seu *status* jurídico para públicos? E o que a mudança beneficiaria os titulares de dados? A discussão, impulsionada por Barack Obama e desenvolvida na tese, aponta os benefícios da mudança de *status* jurídico dos dados privados para um interesse público e na rediscussão do keynesianismo privado, que monopolizou as práticas sociais, econômicas, jurídicas e culturais nos últimos anos. Os reflexos das *fake news* nas eleições ao redor do mundo, nos últimos anos da década de 2010, trouxeram à tona os problemas advindos dos gigantescos bancos de dados privados na chave do interesse público.

Interessante notar que a LGPD é enfática ao vedar a transferência de bancos de dados públicos para entidades privadas (art. 26, § 1º). No entanto, a regra apresenta exceções que, praticamente, tornam inócuas as vedações impostas. Para além da lei, analisando-se a estrutura do mercado de telecomunicações e de processamento de dados brasileiro, vê-se que o Estado não tem capacidade de investimento em tecnologia e em inovação para tratar os dados de seus cidadãos e os serviços que eles demandam. Recorre-se às entidades privadas para tratar esses dados, em nome do Estado. Os três poderes republicanos brasileiros frequentemente estão contratando as Big Tech, estrangeiras e nacionais, se não diretamente, por meio de empresas públicas, para proverem os serviços que supostamente não têm condições de fornecer. Ou seja, essas empresas têm acesso direto aos dados dos titulares para, em caráter público, prover a infraestrutura tecnológica para os serviços estatais. Atente-se que não há transferência de dados, eles diretamente fazem o tratamento. E não há garantias jurídicas, tecnológicas e institucionais para se constatar a autenticidade, a confiabilidade e a inalterabilidade dos arquivos digitais.

somente poderia ser conduzida pelo Estado em combater as desigualdades e gerar o pleno emprego. A ironia de Morozov e Bria em relação ao keynesianismo privado é que, atualmente, muitos acreditam que as Big Techs e *startups* podem solucionar esses problemas socioeconômicos, o que é falacioso. O próprio Keynes não acreditava que o progresso tecnológico constitui-se um fim em si mesmo, muito menos os problemas sociais seriam resolvidos pela iniciativa privada.

Portanto, na confusão entre o público e o privado, característica da história latino-americana, o titular enreda-se em situações práticas que conflitam com as teóricas estabelecidas nos direitos estabelecidos no sistema legal protetivo de dados. Aí, ao serem nebulosas as linhas que distinguem o público do privado, os titulares perdem-se nas estruturas em que os seus dados possuem estatutos jurídicos diversos e com menos proteção efetiva, tanto em segurança da informação quanto em segurança jurídica. A definição de um estatuto jurídico para o titular de dados e sua memória deve ter como sentido a busca de mais proteção por meio de uma interpretação mais benéfica a ele e não o contrário, como vem ocorrendo. O titular, no limbo jurídico em que se encontra, em vez de ser sujeito de direitos, será somente objeto de práticas de controle e de vigilância.

A fim de resgatar e de localizar o titular no meio das práticas, tecnológicas e científicas, que o vigiam e o controlam, foi necessário apresentar, delinear, definir e exaurir os conceitos principiológicos e de direitos que constroem o sistema protetivo de dados. Deve-se lembrar, reiteradamente, que o sistema protetivo de dados tem como fulcro principal o titular e não os controladores ou as tecnologias utilizadas para o tratamento de dados. O foco no titular impacta diretamente nos aspectos teóricos e práticos das análises sobre os direitos e os princípios. Ao se compararem as atuais práticas de tratamentos de dados com os direitos trazidos no sistema protetivo, transforma-se por completo a visão e o contexto de como os conceitos foram colonizados por uma visão que relega ao titular apenas a perspectiva de fornecedor. Nesse sentido, foram discutidos dois aspectos da dialética entre teoria e prática sobre e do titular de dados: os princípios e direitos inerentes e referentes ao titular de dados; e a relação deles com os controladores e as práticas que são e as que deveriam ser desenvolvidas por eles.

A maioria dos princípios e dos direitos inerentes ao titular de dados consta normativamente do sistema jurídico de proteção de dados. Eles foram analisados e esmiuçados ao máximo, o que não quer dizer que não existam ou não surjam outros além desses. E, ao analisá-los, surgiram princípios e direitos que não constam por completo ou sequer existem nas normativas nacionais ou internacionais. Foram encontrados, a título de exemplo, os seguintes: os direitos de perseguição dos dados onde eles estiverem, a fim de exercer outros direitos, tais como oposição, eliminação, etc.; o direito de não serem bloqueados os titulares por pessoas em cargos públicos, em face do direito fundamental ao

acesso à informação; e o direito de o titular ser invisível às tecnologias e sistemas que somente vigiam e controlam. Não é uma busca exauriente ou definitiva, mas que demonstra a abertura dos conceitos e de definições para inclusões e para reinterpretações que podem ser inseridas no sistema protetivo de dados, em benefício dos titulares.

Em face da construção dos princípios e dos direitos dos titulares, contrapô-los com as práticas jurídicas e as tecnológicas de quem efetivamente manuseia os dados, que são os controladores. Ao se quebrar o paradigma histórico de que os dados pertenciam aos controladores, como se construírem os novos laços na relação que se tornou iníqua e altamente lucrativa para quem trata os dados? Como incluir os direitos do titular no cálculo matemático, financeiro, econômico e social do tratamento de dados? Por meio do embasamento teórico desenvolvido para se construírem os princípios e os direitos dos titulares, desenvolveu-se o mesmo processo para estabelecê-los em razão direta com os deveres objetivos dos controladores. O intuito, mais uma vez, não é exaurir todas as possibilidades, que, nesse caso, são inúmeras, pois sempre surgem tecnologias e procedimentos de segurança de informação novos a cada dia. Contudo, entender como podem ser construídas as pontes jurídicas entre titular e controlador, em face da necessidade de o titular se utilizar das benesses desenvolvidas pelos controladores para a melhora na sua qualidade de vida, no acesso às informações, no ganho social em larga escala, enfim, ser partícipe e não apenas fornecedor nessas relações.

Para tanto, realizou-se um questionário para empresas privadas de vários setores, para entender como seria essa relação na prática. Porém, os resultados foram desalentadores. As respostas e as não respostas demonstram o abismo existente entre o titular e os seus dados perante os controladores. Os controladores não informam como, onde e em que condições realizam o tratamento de dados. Desconfiam os controladores dos titulares que indagam sobre suas práticas, pesquisando os seus perfis sociais, bem como amealhando informações nos buscadores e nos cadastros positivos. E, por fim, não entregam as condições estruturais, processuais e substanciais, para, diretamente, os titulares intervirem no tratamento de dados. Ao cabo, percebe-se que existe um longo percurso para a real implantação dos direitos dos titulares de dados nas práticas dos controladores. Até se alcançarem minimamente os objetivos de efetiva implementação, no meio do percurso, os direitos dos titulares estão sublimados, esquecidos.

Num caminho inverso, em vez de o controlador ser normalizado pelos direitos do titular, tal como determinam as leis trazidas, fez-se uma análise para compreender como as tecnologias já existentes e atuantes estão relacionadas com os direitos e princípios do sistema protetivo de dados. Mais especificamente, analisou-se a utilização da inteligência artificial, que, por suas características de memória atuante sobre uma realidade, por meio da modelagem matemática, reutilizam os dados fornecidos ou não por titulares, para dar diferentes respostas para determinadas demandas, provocadas ou não. E, nessa perspectiva, constatou-se que as relações entre titulares e controladores ainda são mais díspares, desiguais.

O funcionamento da inteligência artificial, da maneira como está posta, subjuga o titular de dados, tornando-o objeto de práticas de controle e de vigilância por uma série de fatores que foram analisados: o acúmulo de dados que viabiliza à inteligência artificial é realizado sem o consentimento dos titulares; considerando que o tratamento de dados seja feito sob o argumento do legítimo interesse, existem sérias dúvidas se há embasamento legal suficiente para a utilização; o acúmulo inicial dos dados impede a intervenção direta dos titulares que, com ou sem consentimento, já são objetos de práticas que não têm respaldo legal; por outro lado, os Estados não têm capacidade de regular ou intervir nessas relações iníquas *a priori*, pois têm seus interesses e suas ideologias atrelados às tecnologias envolvidas nesses processos.

A reação para esse estado de coisas e de situações difusas de controle e de vigilância, conjuntamente articuladas por Estados e empresas privadas, só pode ser enfrentada pelo titular, por meio de um direito à invisibilidade, que é um deslocamento do direito à privacidade. É um somatório e não um excludente de direitos, convive o direito à privacidade conjuntamente com o direito à invisibilidade. Por meio do direito à invisibilidade, o titular pode lutar e combater as práticas difusas espalhadas por tecnologias invisíveis, que o hipervisibilizam para ser objeto de vigilância e de controle, de diminuição dos seus direitos e de garantias individuais, de experimentos invasivos sobre a sua humanidade e sua dignidade. O direito à invisibilidade é um direito novo de reação do titular sobre aquilo que deveria ser público e tornou-se privado. E não lhe é mais próximo. O direito à invisibilidade deve ser utilizado como ferramenta de luta e de combate perante a real colonização de sua existência, de seu corpo, de sua mente. A reafirmação do humano

do titular de dados, no futuro próximo, revela-se no seu direito de visibilizarem as práticas científicas e tecnológicas e tornar-se invisível a elas.

REFERÊNCIAS

AB2L – <https://www.ab2l.org.br>.

AGÊNCIA BRASIL – <https://www.agenciabrasil.gov.br>.

AGENCIA ESPAÑOLA DE PROTECCIÓN DE DATOS / Instituto Nacional de Tecnologías de la Comunicación. Estudio sobre la privacidad de los datos personales y la seguridad de la información en las redes sociales. Madrid, 2009.

AGENCIA IBEROAMERICANA PARA LA DIFUSIÓN DE LA CIENCIA Y LA TECNOLOGIA – <http://www.dicyt.com/>.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – <http://www.ans.gov.br/>.

AMAZONAS ATUAL – <https://www.amazonasatual.com.br>.

AUN – AGÊNCIA UNIVERSITÁRIA DE NOTÍCIAS – <https://paineira.usp.br/aun/>.

ALMEIDA JR., Oswaldo Francisco. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Pesqui Bras Cienc Inf.* 2009; 2(1): 89-103.

ALMEIDA, Patrícia Martínez; e SILVEIRA, Vladimir Oliveira da. O Direito ao Esquecimento e a Privacidade. DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cintia Rosa Pereira de (coords). *Direito & Internet III – Tomo I: Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014)*. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p. 619-642.

ALVES, Jones Figueirêdo. A extensão existencial por testamentos afetivos. *in Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM)*, 01 agosto 2016. Disponível em:

<<http://www.ibdfam.org.br/artigos/1138/A+extens%C3%A3o+existencial+por+testamentos+afetivos>>. Acessado no dia 20.12.2019.

ALVES, José Carlos Moreira. Os efeitos jurídicos da morte. *IV Jornada de Direito Civil*, Brasília, v. I, p. 17-27, 2007.

ANDRADE, Antonio Rodrigues de; ROSEIRA, Catarina. A informação como elemento de integração entre propósito, processos e pessoas: um estudo em instituições portuguesas. *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 107-116, Mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2018000100107&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 04.09.2018.

ANDRADE, Fábio Siebeneichler de. A tutela dos direitos da personalidade no direito brasileiro em perspectiva atual. *Revista Derecho del Estado* n.º30, enero-junio de 2013, pp. 93-124. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rdes/n30/n30a05.pdf>>. Acessado no dia 12.10.2020.

ANDROIDPIT – <https://www.androidpit.com.br>.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 10ª Ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. Entre o passado e o futuro. Tradução: Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ÁVILA, Thiago. O que faremos com os 40 trilhões de gigabytes de dados disponíveis em 2020? *Open Knowledge Brasil*. Publicado no dia 29.09.2017. Disponível em: <<https://br.okfn.org/2017/09/29/o-que-faremos-com-os-40-trilhoes-de-gigabytes-de-dados-disponiveis-em-2020/>>. Acessado no dia 05.06.2018.

A VOZ DA INDÚSTRIA. Inteligência Artificial na indústria melhora resultados em processos produtivos e de vendas. Publicado no dia 11.04.2019. Disponível em: <<https://avozdaindustria.com.br/ind-stria-40-totvs/intelig-ncia-artificial-na-ind-stria-melhora-resultados-em-processos-produtivos-e>>. Acessado no dia 20.01.2020.

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; KOZICKI, Katya. Judicialização da política e controle judicial de políticas públicas. **Revista Direito GV**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 059-085, jan. 2012. ISSN 317-6172. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/23970/22728>>. Acessado no dia 11.10.2018.

BARROS, Dirlene Santos; AMELIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, abril 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862009000100004&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 04.09.2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862009000100004>.

BATISTA, Carmem Lúcia. Informação pública: entre o acesso e a apropriação social. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BBC – <https://www.bbc.com>.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENKLER, Yochai. Don't let industry write the rules for AI. *in Nature*, vol. 569, Maio 2019, p. 161. Disponível em: <<https://www.nature.com/magazine-assets/d41586-019-01413-1/d41586-019-01413-1.pdf>>. Acessado no dia 31.05.2019.

BERGAMI, Paul Robert. Qualidade em TI – Segregar para atingir a qualidade. **TI Especialistas**, publicado em 02.01.2014. Disponível em: <<https://www.tiespecialistas.com.br/qualidade-em-ti-segregar-para-atingir-qualidade/>>. Acessado no dia 08.11.2018.

BERNARDI, Renato. A Inviolabilidade do Sigilo de Dados. São Paulo: Fiuza, 2005.

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BITTAR, Eduardo C. B. Ética, Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Manole, Barueri, 2004.

BLUM, Rita Peixoto Ferreira. O Direito à Privacidade e à Proteção dos Dados do Consumidor. São Paulo, Ed. Almedina, 2018.

BOBBIO, Norberto. Il futuro della democrazia, trad. port. de Marco Aurélio Nogueira, O Futuro da Democracia, 10ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. Teoria da norma jurídica. São Paulo: Edipro, 2001.

_____. Democracia e Segredo, org. Marco Revelli; trad. port. de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 2015.

BONACCORSO, Norma Sueli. Aspectos técnicos, éticos e jurídicos relacionados com a criação de bancos de dados criminais de DNA no Brasil. 2010. **Tese** (Doutorado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.2.2010.tde-04102010-141930. Acessado no dia 17.01.2020.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 26ª edição. São Paulo: Malheiros, 2000.

BORGES, Jorge Luís. Funes, o Memorioso. Disponível em: <<http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20141/SLC0630-1/Funes,%20%20Memorioso.pdf>>. Acessado no dia 11.07.2018.

BRANCO, Sérgio. Memória e Esquecimento na Internet. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

BRAUNER, Maria Cláudia Crespo. BÖLTER, Serli Genz. O ser humano e o corpo: contribuições da bioética e do biodireito para a proteção dos direitos da personalidade *in* CALGARO, Cleide. PEREIRA, Agostinho Oli Koppe (Org.). **Direito ambiental e biodireito: da modernidade à pós-modernidade**. Caxias do Sul: Educs, 2012, p. 185-207.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

CANAL TECH – <https://www.canaltech.com.br>.

CAPURRO, Rafael. Privacy a Intercultural Perspective. Disponível em: <<http://www.capurro.de/privacy.html>>. Acessado no dia 10.04.2019.

CARVALHO, Angelo Gamba Prata de. O uso da inteligência artificial no mundo jurídico. Limites e perspectivas – Parte 1. In: **JOTA**, 16 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-uso-da-inteligencia-artificial-no-mundo-juridico-16062017>>. Acessado no dia 22.11.2019.

CARVALHO, Igor Chagas de. Direito ao esquecimento: reação à expansão sistêmica dos meios de comunicação de massa? 2016. 142 f. **Dissertação** (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20972/1/2016_IgorChagasCarvalho.pdf>. Acessado no dia 19.05.2017.

CASSIRER, Ernst. Mito e Linguagem. 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CASTEL, Robert. A Discriminação Negativa – Cidadãos ou Autóctones? Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO JR., Marco Aurélio de. Personalidade Jurídica do Robô e sua efetividade no Direito. **Dissertação de Mestrado** defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10719>>. Acessado no dia 17.01.2020.

CLAYTON CHRISTENSEN – <http://claytonchristensen.com/key-concepts/>.

CENTRO DE COMUNICACIÓN OFICIAL URUGUAYO – Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales (IMPO) – <https://www.impou.com.uy/>.

CERT.BR – <https://www.cert.br>.

CETESB. Declaração do Rio sobre o meio ambiente e desenvolvimento. **Proclima**. 2013. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/declaracao_rio_ma.pdf>. Acessado no dia 06.10.2020.

COMISSÃO DO PARLAMENTO EUROPEU. Building Trust in Human-Centric Artificial Intelligence. Brussels, published in 08.04.2019. COM(2019). Disponível em: <<https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/communication-building-trust-human-centric-artificial-intelligence>>. Acessado no dia 17.02.2020.

CONSALTER, Zilda Mara. Direito ao esquecimento: proteção da intimidade e ambiente virtual. Curitiba: Juruá, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – <https://portal.cfmv.gov.br>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) – <https://www.cnj.jus.br>.

CONSUMER REPORTS – <https://www.consumerreports.org/cro/index.htm>.

CORREIO BRAZILIENSE – <https://www.correiobraziliense.com.br>.

COUNCIL OF EUROPE – <https://www.coe.int>.

CRETELLA Jr., José. Comentários à Constituição de 1988. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Habeas Data no Sistema Jurídico Brasileiro. in **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 97, p. 239-253, 1 jan. 2002.

DE ANDRADE, Fábio Siebeneichler. A tutela dos direitos da personalidade no direito brasileiro em perspectiva atual. **Rev. Derecho Privado**, Bogotá, n. 24, p. 81-111, Jan. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-43662013000100004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 16.12.2019.

DCI – Diário do Comércio, Indústria e Serviços – <https://www.dci.com.br/>.

DE LUCCA, Newton. Títulos e contratos eletrônicos: o advento da informática e seu impacto no mundo jurídico. *in* LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto. Direito & Internet. Bauru: Edipro, 2000. p. 21-100.

_____. Direito do Consumidor: Teoria Geral da Relação de Consumo. São Paulo: Quartier Latin, 2003.

_____. Da ética geral à ética empresarial - São Paulo: Quartier Latin, 2009.

DE LUCCA, Newton e NAJJARIAN, Ilene Patrícia de Noronha. Criptomoedas: Novos Meios de Pagamento. *in* Parentoni, Leonardo & Miranda, Bruno & Lima, Henrique. Direito, Tecnologia e Inovação - v. I (Law, Technology and Innovation). Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018, p. 767-792.

DEVMEDIA – <https://www.devmedia.com.br>.

DIÁRIO DA SAÚDE – <https://www.diariodasaude.com.br>.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella de. *in* prefácio de: MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. Transparência Administrativa: Publicidade, motivação e participação popular. 2ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

DOCTOROW, Cory. Our Neophobic, Conservative AI Overlords Want Everything to Stay the Same. **Los Angeles Review of Books**, 01.01.2020. Disponível em: <<http://blog.lareviewofbooks.org/provocations/neophobic-conservative-ai-overlords-want-everything-stay/>>. Acessado no dia 14.01.2020.

DONEDA, Danilo. Proteção dos dados pessoais como um direito fundamental. Espaço Jurídico Journal of Law [EJL], v. 12, n. 2, p. 91-108, 2011.

_____. Da privacidade à proteção de dados pessoais: elementos da formação da Lei geral de proteção de dados. 2ª edição revista e atualizada. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 37-57, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400004&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 13.01.2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>.

DUAS RODAS – <https://www.duasrodas.com>.

ENDEAVOR – <https://www.endeavor.org.br>.

EHRENFREUND, Max. 17 disturbing statistics from the federal report on Ferguson police. **The Washington Post** do dia 04.03.2015. Disponível em: <www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2015/03/04/17-disturbing-statistics-from-the-federal-report-on-ferguson-police/?noredirect=on>. Acessado no dia 22.11.2019.

EL PAÍS – <https://www.elpais.com.br>.

ÉPOCA NEGÓCIOS – <https://epocanegocios.globo.com>.

EUR-Lex – <https://eur-lex.europa.eu>.

EXAME – <https://exame.abril.com.br>.

FARIAS, Ana Laura. Sem adesão de três estados, registro de identificação civil não atenderá 37% da população. **Agência de Notícias para a Difusão da Ciência e Tecnologia**, 03.09.2010. Disponível em: <<http://www.dicyt.com/noticia/sem-adesao-de-tres-estados-registro-de-identificacao-civil-nao-atendera-37-da-populacao>>. Acessado no dia 17.02.2020.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. “Sigilo de dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado”, in: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, vol. 88, 1993.

_____. Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

FIANDEIRA TECNOLOGIA – <https://fiandeira.com.br/>.

FLORENCE, Jean. A Propósito do Segredo. Université Catholique de Louvain – Bélgica. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Mai-Ago 1999, Vol. 15 n. 2, pp. 163-166.

FOLHA DE SÃO PAULO – <https://www.folha.uol.com.br>.

FONSECA. Márcio Alves. Foucault e o Direito. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, Michel. A Palavra e as Coisas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

_____. Microfísica do Poder. Trad. Roberto Machado. 21ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. Segurança, Território, População. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. Nascimento da Biopolítica. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRIAS, Lincoln; LOPES, Nairo. Considerações sobre o conceito de dignidade humana. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 649-670, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322015000200649&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 25.11.2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1808-2432201528>.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – <https://www.fgv.br>.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO – FIA. Inteligência Artificial: o que é, como funciona e exemplos. Publicado no dia 17.08.2018. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/inteligencia-artificial/>>. Acessado no dia 17.02.2020.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 04 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>.

GIZMODO – <https://gizmodo.uol.com.br/>.

GLOBO.COM – <https://www.globo.com>.

GOMES, Orlando. Contratos. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. Direito à Prova no Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Esquematizado, v. 1, 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GONÇALVES, Luciana Helena. O direito ao esquecimento na era digital: desafios da regulação da desvinculação de urls prejudiciais a pessoas naturais nos índices de pesquisa dos buscadores horizontais. 2016. 146 f. **Dissertação** (Mestrado em Direito) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16525/Dissertacao_Luciana_Goncalves_finaliSsimio.pdf?sequence=7&isAllowed=y>. Acessado em 12.07.2018, às 15h21min.

GONÇALVES, Victor Hugo Pereira. A Limitação do Tráfego de Dados no Provimento de Acesso à Internet via Banda Larga. **Artigos PGSA Advogados**. Maio 2007. Disponível em: <<https://www.pereiragoncalves.adv.br/limitacao-trafego-dados-acesso-internet-banda-larga/>>. Acessado no dia 16.10.2019.

_____. Inclusão Digital como Direito Fundamental. **Dissertação de Mestrado** defendida na Faculdade de Direito da USP. São Paulo, 2012.

_____. Direito Fundamental à Exclusão Digital. in: LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cintia Rosa Ferreira de. Direito & Internet III. Vol. I. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 188-206.

_____. Marco Civil da Internet Comentado. São Paulo: Atlas, 2017.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. Scielo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, Jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000100004&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 04.09.2018.

GRECO FILHO, Vicente. Interceptação Telefônica – Considerações sobre a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996. São Paulo: Saraiva, 1996.

GRUPO DE TELEINFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO (GTA) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ) – <https://www.gta.ufrj.br/>.

GUSSOLI, Felipe Klein. A natureza como sujeito de direito na Constituição do Equador: considerações a partir do caso Vilacamba. **XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR**, 2014. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-Felipe-Gussoli-classificado-em-1%C2%BA-lugar-.pdf>>. Acessado no dia 17.05.2019.

HABERLE, Peter. A Dignidade Humana e a Democracia Pluralista – seu nexó interno. Tradução Peter Naumann. *in* org. SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos Fundamentais, Informática e Comunicação: algumas aproximações. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 11-28.

HABERMAS, Jürgen. O Futuro da Natureza Humana: A caminho de uma eugenia liberal? Trad. Karina Jannini. 2ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. Técnica e Ciência como “Ideologia”. Trad. Felipe Gonçalves Silva. São Paulo: Unesp, 2014.

HAIDAR, Rodrigo. Justiça cassa decisão que obrigou réu a fazer prova contra si. **Revista Consultor Jurídico**, 27.07.2005. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2005-jul-27/trf-4_cassa_decisao_manda_reu_prova_si?pagina=3>. Acessado no dia 06.10.2020.

HELP NET SECURITY. Real damage done by malicious, careless and compromised insiders. Publicado no dia 16.09.2016. Disponível em:

<<https://www.helpnetsecurity.com/2016/09/16/malicious-careless-compromised-insiders>>.
Acessado no dia 17.02.2020.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGHES, Eric. A Cypherpunk's Manifesto. **Activism Net Cypherpunk**, publicado no dia 09.03.1993. Disponível em: <<https://www.activism.net/cypherpunk/manifesto.html>>.
Acessado no dia 10.04.2019.

ICHIHARA, Yoshiaki. Processo Administrativo Tributário. *in*: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). Processo Administrativo Tributário. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais: Centro de Extensão Universitária, 2002, p. 358-359,

IHERING, Rudolf Von. A Luta pelo Direito. Tradução de João Vasconcelos. São Paulo: Forense, 2006.

INSTITUTO INFORMATION MANAGEMENT – <https://docmanagement.com.br/>.

JACOBI, P. Ampliação da cidadania e participação: desafios da democratização da relação poder público/sociedade civil no Brasil. São Paulo, 1996. **Tese de Livre Docência** – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-25102005-105004/publico/PedroJacobi.pdf>>. Acessado no dia 08.11.2019.

JORNAL CARTA FORENSE – <http://www.cartaforense.com.br/>.

KAMINSKI, Omar. O Grande Firewall: mudanças na regulamentação da Internet na China. in **Revista Consultor Jurídico**, publicado no dia 20.08.2002. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2002-ago-20/china_dois_lados_moeda_politica_net>. Acessado no dia 05.08.2019.

KANASHIRO, Marta Mourão. Biometria no Brasil e o Registro de Identidade Civil: novos rumos para identificação. **Tese de Doutorado em Sociologia**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

KARNAL, Leandro [et al.]. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KUHN, Thomas S.. A Estrutura das Revoluções Científicas. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 13ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2017.

KUNZLER, Carolina de Moraes. A teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 16, 123-136, 2004, p. 123-36. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/index.php/estudos/article/viewFile/146/144>>. Acessado no dia 31.10.2018.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 55-65, ago. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200005&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 06.10.2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000200005>.

_____. OMC – A Decisão sobre Pneus Reformados. **Revista Migalhas**, publicado no dia 21.01.2008. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI52607,31047-OMC+a+decisao+sobre+pneus+reformados>>. Acessado no dia 24.09.2018.

LEGISLATION OF UNITED KINGDOM – <https://www.legislation.gov.uk>.

LEMOS, Ronaldo., DONEDA, Danilo Maganhoto., SOUZA, Carlos Affonso Pereira de., ROSSINI, Carolina Almeida A. Estudo sobre a Regulamentação Jurídica do Spam no Brasil. **Fundação Getúlio Vargas**, abril/2007. Disponível em: <<https://www.cgi.br/media/comissoes/ct-spam-EstudoSpamCGIFGVversaofinal.pdf>>. Acessado no dia 15.01.2020.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. Sujeito de direito e capacidade: contribuição para uma revisão da teoria geral do Direito Civil à luz do pensamento de Marcos Bernardes de Mello. in EHRHARDT JR, Marcos; DIDIER JR., Fredie. Revisitando a teoria do fato jurídico: homenagem a Marcos Bernardes de Mello. São Paulo: Saraiva, 2010.

LÉVY, Pierre., O Que é Virtual? 2ª edição. Trad. Paulo Neves. São Paulo: 34, 2011.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Globalização, Regionalização e Soberania. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

LEWICKI, Bruno. Realidade refletida: privacidade e imagem na sociedade vigiada. **Revista Trimestral de Direito Civil: RTDC**, v. 7, n. 27, p. 211-219, jul./set. 2006.

LEWIS, Rachel. The Racial Bias Built Into Photography. **The New York Times**, 25.04.2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/04/25/lens/sarah-lewis-racial-bias-photography.html>>. Acessado no dia 22.11.2019.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira. Direito ao esquecimento e internet: o fundamento legal no direito comunitário europeu, no direito italiano e no direito brasileiro. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 103, n. 946, p. 77-109, ago. 2014.

LIMA, R. S.; SILVA, G. A. C.; OLIVEIRA, P. S. Segurança Pública e Ordem Pública: apropriação jurídica das expressões à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrios. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v.12, p.58-83, 2013.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de Direito Civil. Teoria Geral do Direito Civil. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, vol. 1.

LOPES JR., Aury. Lei 12.654/2012: é o fim do direito de não produzir prova contra si mesmo (nemo tenetur se detegere)? **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, ano 20, n. 236, p. 5, jul. 2012.

LOPES, Giovana Figueiredo Peluso. LGPD e Revisão de Decisões Automatizadas. **Revista do Centro de Pesquisa em Direito, Tecnologia e Inovação – Centro DTIBR**, 31.07.2019. Disponível em: <<https://www.dtibr.com/post/lgpd-e-revis%C3%A3o-de-decis%C3%B5es-automatizadas>>. Acessado no dia 22.11.2019.

LUCA, Cristina De. Por que é preciso incluir proteção de dados entre os direitos fundamentais. **Tilt UOL**. Publicado em 13.08.2019. Disponível em: <<https://porta23.blogosfera.uol.com.br/2019/08/13/por-que-e-preciso-incluir-protecao-de-dados-entre-os-direitos-fundamentais>>. Acessado no dia 24.10.2019.

MACHADO, Leonardo Marcondes. Projeto "anticrime" e Banco Nacional de Perfil Genético: nem tudo que reluz é ouro. **Revista Consultor Jurídico**, 05.03.2019. Disponível em: <[https://www.conjur.com.br/2019-mar-05/academia-policia-banco-nacional-perfil-genetico-nem-tudo-reluz-ouro#\[3\]](https://www.conjur.com.br/2019-mar-05/academia-policia-banco-nacional-perfil-genetico-nem-tudo-reluz-ouro#[3])>. Acessado no dia 24.11.2019.

MACHADO, Roberto. Nietzsche e a Verdade. 3ª edição revista. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

MALDONADO, Viviane Nóbrega. Direito ao Esquecimento. São Paulo: Novo Século, 2017.

_____. Direitos dos Titulares de Dados. in MALDONADO, Viviane Nóbrega (Coord.). Comentários ao GDPR: Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 85-110.

MALTEZ, J.; VALE, J. do. Biometria: Processamento de Imagens para Reconhecimento de Padrões na Íris. **Departamento de Engenharia Informática**, Universidade de Coimbra, 2005. Disponível em: <<https://student.dei.uc.pt/~jmaltez/SII/TrabalhoPesquisa.pdf>>. Acessado no dia 08.10.2018.

MARANHÃO, Juliano. Ambiente virtual transforma profundamente categorias jurídicas. **Revista Consultor Jurídico**. Dez/2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-dez-05/juliano-maranhao-ambiente-virtual-transforma-profundamente-direito#author>>. Acessado no dia 15.04.2019.

MARQUES, Cláudia Lima. Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor: um estudo dos negócios jurídicos de consumo no comércio eletrônico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. 5ª ed., São Paulo: RT, 2005.

MARQUES, F. P. J. A. Internet e Transparência Política. in **XXIII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós**, 2014. Belém. Disponível em: <http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT05_COMUNICACAO_E_POLITICA/artigoformatadocompos2014-gtcomunicacaoepolitica_2173.pdf>. Acessado no dia 12.09.2018.

MARTÍN, Bruno. Cybersecurity to Guard Against Brain Hacking. **OpenMind BBVA**. Publicado no dia 21.01.2020. Disponível em: <https://www.bbvaopenmind.com/en/technology/digital-world/cybersecurity-to-guard-against-brain-hacking/amp/?_twitter_impression=true>. Acessado no dia 24.01.2020.

MARTINS, Guilherme Magalhães. O direito ao esquecimento na Internet. In: MARTINS, Guilherme Magalhães (Coord.). Direito privado e Internet. São Paulo: Atlas, 2014, p. 3-28.

MARTINEZ, Pablo Dominguez. Direito ao esquecimento: a proteção da memória individual na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, “Habeas Data”. 20ª edição atualizada por Arnaldo Wald com colaboração de Rodrigo Garcia da Fonseca. São Paulo: Malheiros, São Paulo, 1998.

MELO, Jussara Costa. Regulação do direito ao esquecimento no ciberespaço: heterogeneidade de lealdades no espaço público de postulação de interesses legítimos. **Revista de Direito, Estado e Telecomunicações**, v. 7, n. 1, p. 171-194 2015. Disponível em: <<http://www.ndsr.org/SEER/index.php?journal=rdet&page=article&op=view&path%5D=157&path%5B%5D=115>>. Acessado no dia 12.07.2018, às 15h21min.

MELO, Milena Pretters. Cidadania: subsídios teóricos para uma nova práxis. in SILVA, Reinaldo Pereira e (Org.). Direitos humanos como educação para a justiça. São Paulo: LTR, 1998.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENDES, Laura Schertel. A Tutela da Privacidade do Consumidor na Internet. *in*: LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cintia Rosa Ferreira de. Direito & Internet III. Vol. I. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 471-501.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p 9-24, 1992.

MERCADO ELETRÔNICO – <https://blog.me.com.br>.

MICHELMAN, Frank I.. Relações entre democracia e liberdade de expressão: discussão de alguns argumentos. Tradução Marcelo Fensterseifer e Tiago Fensterseifer. Revisão da tradução Ingo Wolfgang Sarlet. *in* org. SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos Fundamentais, Informática e Comunicação: algumas aproximações. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007, p. 49-61.

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL – <https://www.defesa.gov.br>.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO BRASIL – <https://www.justica.gov.br/>.

MINOIS, Georges. História do Futuro: Dos Profetas à Prospectiva. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2016.

MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional. 3ª edição. 2 tomo. Coimbra: Coimbra, 1996.

_____. Teoria do estado e da constituição. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MOLLER, Kolja. Crítica do direito e teoria dos sistemas. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 129-152, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702015000200129&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 31.01.2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-2070201526>.

MORAES, Melina Ferracini de. O direito ao esquecimento na internet no contexto das decisões judiciais no Brasil. 2016. 140 f. **Dissertação** (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2885/5/Melina%20Ferracini%20de%20Moraes.pdf>>. Acessado em 12.07.2018, às 16h12min.

MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. Trad. Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

_____. e BRIA, Francesca. A Cidade Inteligente: Tecnologias Urbanas e Democracia. Tradução Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu, 2019.

MOURNIER, Pierre. Em direção ao acesso aberto universal? Por que precisamos de bibliodiversidade em vez de uma “bala de prata”. **SciELO em Perspectiva**. Publicado no dia 14.08.2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/08/14/em-direcao-ao-acesso-aberto-universal-por-que-precisamos-de-bibliodiversidade-em-vez-de-uma-bala-de-prata/#.Xa3y_vdv_eR>. Acessado no dia 21.10.2019.

MUSAR, Natasa Pirc. Access to Public Information versus Protection of Personal Data – How to strike the right balance using a public interest test. Viena: NWV, 2018.

MUSSO, Pierre. A Filosofia da Rede. Trad. Marcos Homrich Hickmann. in PARENTE, André (Org.). Tramas da Rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas de comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 16-37.

NAKAHIRA, Ricardo. A Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais. 2007. 180 f. **Dissertação** (Mestrado em Direito Constitucional). Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp041088.pdf>>. Acessado no dia 21.08.2020.

NAVARRO, Ana Maria Neves de Paiva. O direito fundamental à autodeterminação informativa. in **XXI Congresso Nacional do CONPEDI**. Direitos Fundamentais e Democracia II. Florianópolis: FUNJAB, 2012. p. 410-438. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=86a2f353e1e6692c>>. Acessado no dia 19.10.2018.

NERY, Nelson Nery Jr., e NERY, Rosa Maria de Andrade, Código Civil *Comentado*, 3ª ed., São Paulo, RT, 2005.

NETTO, Alcides Munhoz. Estado de Direito e Segurança Nacional. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**, v. 19, n. 19, p. 161-183, 1978/1980. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181092>>. Acessado no dia 01.12.2019.

NEW YORK TIMES – <https://www.nytimes.com>.

NEXO JORNAL – <https://www.nexojornal.com.br/>.

NIETZSCHE, Friedrich. Sobre verdade e mentira. Tradução e organização de Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2008.

NISSENBAUM, Helen. Privacy in Context: technology, policy, and the integrity of social life. Stanford, EUA: Stanford University Press, 2010.

NOBRE, Luiz Felipe *et al.* Certificação digital de exames em telerradiologia: um alerta necessário. **Radiol. Bras.**, São Paulo, v. 40, n. 6, p. 415-421, Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-39842007000600011&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 26.04.2019.

NÚCLEO DE COMPUTAÇÃO ELETRÔNICA DA UFRJ – <http://www.nce.ufrj.br>.

OEA, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Temas sobre liberdade de expressão, Capítulo IV, **Relatório sobre o acesso à informação na região**, abril 2001. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=493&IID=4>>. Acessado no dia 18.09.2018.

O ESTADO DE SÃO PAULO – <https://www.estadao.com.br/>.

O GLOBO – <https://www.oglobo.com>.

OLHAR DIGITAL – <https://www.olhardigital.com.br>.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL – <http://www.br.okfn.org>.

ONU – Organização das Nações Unidas – <https://www.nacoesunidas.org>.

ONU – Declaração do Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 153-159, Aug. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000200013&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 24.09.2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000200013>.

PARENTONI, Leonardo Netto. O Direito ao Esquecimento (Right to Oblivion). *in* DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cintia Rosa Pereira de (coords).

Direito & Internet III – Tomo I: Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014). São Paulo: Quartier Latin, 2015, p. 539-617.

PEREIRA GONÇALVES SOCIEDADE DE ADVOGADOS –
<https://www.pereiragoncalves.adv.br>.

PERLINGEIRO, Ricardo; DIAZ, Ivonne; LIANI, Milena. Princípios sobre o direito de acesso à informação oficial na América Latina. **Revista Investigação Constitucional**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 143-197, Ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-56392016000200143&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 26.10.2019.

PERLINGEIRO, Ricardo. O Livre Acesso à Informação, às Inovações Tecnológicas e à Publicidade Processual. **Revista de Processo** | vol. 203/2012 | p. 149 – 180 | jan / 2012 | DTR\2011\5373.

PIOVESAN, Flávia. Desarquivando o Brasil. EREMIAS DELIZOICOV – Centro de documentação. **DOSSIÊ – Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil**. Junho 2006. Disponível em: <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=102&m=9>>. Acessado no dia 12.11.2019.

PISA, Pedro. Como Funciona o Reconhecimento Facial. **TechTudo**, 18.04.2012. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2012/04/como-funciona-o-reconhecimento-facial.html>>. Acessado no dia 17.01.2020.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Sistema de ciência positiva do direito. 2. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1972.

_____. Tratado de direito privado. vol. VII. Campinas: Bookseller, 2000.

PORTA 23 – <https://porta23.blogosfera.uol.com.br>.

PRADO, Lídia Reis de Almeida. Direito, mitologia e poesia: a Justiça como instrumento de vingança dos deuses. in **Revista Brasileira de Filosofia**, Ano 60, n. 237, jul.-dez./2011. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 103-124.

PRICEWATERHOUSE and COOPERS INTERNATIONAL LIMITED. What will be the Net impact of AI and related technologies on jobs in China? Setembro, 2018. Disponível em: <<https://www.pwc.com/gx/en/issues/artificial-intelligence/impact-of-ai-on-jobs-in-china.pdf>>. Acessado no dia 20.01.2020.

PROST, Antoine e Gérard Vincent. História da Vida Privada, 5: Da Primeira Guerra a nossos dias. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PÚBLICO – <https://www.publico.pt>.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 24.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. Teoria Tridimensional do Direito. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Variações sobre a Dialética. Publicado no dia 22.12.2003. Disponível em: <<http://www.miguelreale.com.br/artigos/vdialetica.htm>>. Acessado no dia 16.12.2019.

REVISTA EXAME – <http://www.exame.com.br>.

REVISTA FAPESP – <https://revistapesquisa.fapesp.br/>.

REVISTA GALILEU – <https://revistagalileu.globo.com>.

RIBEIRO, Clarice Pereira de Paiva *et al.* Difusão da informação na administração pública. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 159-171, Agosto 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862011000200006&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 12.09.2018.

RODOTÀ, Stefano. A Vida na Sociedade da Vigilância – A Privacidade Hoje. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

RODOVALHO, Thiago. Dano moral de pessoa jurídica só pode ser observado de forma objetiva. **Revista Consultor Jurídico**, 09.01.2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jan-09/direito-civil-atual-dano-moral-pessoa-juridica-existe-forma-objetiva>>. Acessado no dia 29.10.2019.

RODRIGUES, Ana Maria da Silva; OLIVEIRA, Cristina V.M. Camilo de; DE FREITAS, Maria Cristina Vieira. Globalização, cultura e sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 6, n. 1, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/439/249>>. Acessado no dia 03.09.2018.

RODRIGUES, João Gaspar. Publicidade, transparência e abertura na administração pública. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 266, p. 89 – 123. maio / ago 2014.

RODRIGUES JR., Otávio Luiz. Não há tendências na proteção do direito ao esquecimento. *in* **Revista Consultor Jurídico**, publicado dia 25.12.2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-dez-25/direito-comparado-nao-tendencias-protecao-direito-esquecimento>>. Acessado no dia 11.07.2018.

ROCKCONTENT – <https://rockcontent.com/br>.

RONDINELLI, Roseli Curi. O Conceito de Documento Arquivístico na Era Digital. Disponível em: <<http://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2015/01/rosely.pdf>>. Acessado no dia 02.07.2018.

ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento: Seis ensaios da história das ideias. Trad. Nilson Moulin. 2ª reimpressão. São Paulo: UNESP, 2010.

RUARO, Regina Linden., RODRIGUEZ, Daniel Piñeiro., FINGER, Brunize. O Direito à Proteção de Dados Pessoais e a Privacidade. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, Curitiba, Revista – UFPR, Curitiba, n. 53, n. 47, p. 45-66, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/30768>>. Acessado no dia 05.11.2019.

RUEDA, Andréa Silva Rasga. Dados pessoais protegidos como direito fundamental: Desnecessidade da PEC 17/2019. in **Instituto Brasileiro de Direito (IBIJUS)**, 22.05.2019. Disponível em: <<https://www.ibijus.com/blog/356-dados-pessoais-protegidos-como-direito-fundamental>>. Acessado no dia 24.10.2019.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. in WEFFORT, Franciso (Org). Os Clássicos da Política. São Paulo: Atica, 1991.

SALAS, Javier. Por que é preciso proibir que manipulem nosso cérebro antes que isso seja possível. in **Jornal El País**, 13.02.2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-02-13/por-que-e-preciso-proibir-que-manipulem-nosso-cerebro-antes-que-isso-seja-possivel.html>>. Acessado no dia 27.08.2020.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. Participação política e os potenciais democráticos da internet. in **Revista Debates**, v. 4, n. 1, 2010, p. 29-53.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação. São Paulo: Atlas, 1994.

SANTIAGO, Fernando e TAMANAHA, Rodolfo. Caso Uber: como a tecnologia disruptiva afeta regulação no Brasil – O início da era de “modelos de negócios de comportamento”. **Jota Info**, 13.04.2015. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/uber-como-a-tecnologia-disruptiva-afeta-regulacao-no-brasil-13042015>>. Acessado no dia 12.11.2018, às 11h56min.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Direito dos Oprimidos. 1º volume – Sociologia Crítica do Direito. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2015.

SANTOS, Deborah Pereira Pinto dos., ALMEIDA JUNIOR, Vitor de Azevedo. O regime da (in)capacidade civil entre a autonomia e a proteção: uma releitura civil-constitucional. Publicado no **CONPEDI: Direito Civil-Constitucional I**, coord. Larissa Maria de Moraes Leal, Adriano Marteleto Godinho, Raquel Moraes de Lima. Florianópolis: CONPEDI, 2014. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=75ca239fd09eb253>>. Acessado no dia 06.11.2019.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite dos. *in* **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 92, p. 341-380, 1 jan. 1997.

SARLET, Ingo Wolfgang, e MOLINARO, Carlos Alberto. Direito à Informação e Direito de Acesso à Informação como Direitos Fundamentais na Constituição Brasileira. **Revista da AGU**, Brasília-DF, ano XIII, n. 42, out./dez.2014, p. 09-38.

SARMENTO, Daniel. Liberdades comunicativas e "direito ao esquecimento" na ordem constitucional brasileira. **Revista Brasileira de Direito Civil**, v. 7, p. 190 – 232, jan./mar. 2016. Parecer. Disponível em:

<<https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume7/parecerfeito.pdf>>. Acessado no dia 12.07.2018.

SCHREIBER, Anderson. Nossa ordem jurídica não admite proprietários de passado. *in* **Revista Consultor Jurídico**, 27.06.2017. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-jun-12/anderson-schreiber-nossas-leis-nao-admitem-proprietarios-passado>>. Acessado no dia 12.07.2018.

_____. PEC 17/19: Uma Análise Crítica. *in* **Jornal Carta Forense**, 18.07.2019. Disponível em: <<http://cartaforense.com.br/conteudo/colunas/pec-1719-uma-analise-critica/18345>>. Acessado no dia 24.10.2019.

SILVA, Alexandre Couto e SILVA, Ricardo Villela Mafra Alves da. O Blockchain como Ferramenta de Governança Corporativa para a Redução de Custos de Agência em Sociedades Anônimas. *in* Parentoni, Leonardo & Miranda, Bruno & Lima, Henrique. Direito, Tecnologia e Inovação – v. I (Law, Technology and Innovation). Belo Horizonte: D’Plácido, 2018, p. 697-724.

SILVA NETO, Amaro Moraes e Privacidade na Internet – Um Enfoque Jurídico. Bauru: Edipro, 2001.

SILVA, Jaime Antunes. O centro de referência das lutas políticas no Brasil (1964-1985). *in* **Revista Acervo**. vol. 21. n. 2. p. 14. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, jul – dez. 2008.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 15ª edição revista e atualizada. São Paulo: Malheiros, 1998.

SILVA, Valclir Natalino da. Justiça Tributária e Segurança Jurídica. *in* **Revista Tributária e de Finanças Públicas** | vol. 25/1998 | p. 9 – 24 | Out – Dez / 1998 | DTR\1998\586.

SILVEIRA, Marco Antonio Karam. Lei de Acesso à Informação Pública (Lei n. 12.527/2011) – Democracia, República e Transparência no Estado Constitucional. *in* **Revista dos Tribunais** | vol. 927/2013 | p. 131 – 155 | Jan / 2013 | DTR\2012\451302. Disponível em: <<https://revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9b000001660cf36befa48c6e64&docguid=I0b10f85048dd11e2a1d4010000000000&hitguid=I0b10f85048dd11e2a1d4010000000000&spos=4&epos=4&td=111&context=24&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1#>>. Acessado no dia 24.09.2018.

SINGER, Natasha., KROLIK, Aaron. Grindr and OkCupid Spread Personal Details, Study Says. *in* **The New York Times**, 13.01.2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/01/13/business/grindr-apps-dating-data-tracking.html>>. Acessado no dia 14.01.2020.

SINGH, Simon. O Livro dos Códigos. São Paulo: Record, 2014.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 15ª edição revista e atualizada. São Paulo: Malheiros, 1998.

SILVA, Sérgio Luis da. Gestão do conhecimento: uma revisão crítica orientada pela abordagem da criação do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 143-151, Ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000200015&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 30.09.2019.

SKLOOT, Rebecca. A Vida Imortal de Henrietta Lacks. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOLOVE, Daniel J., 'I've Got Nothing to Hide' and Other Misunderstandings of Privacy. *in* **San Diego Law Review**, Vol. 44, p. 745, 2007; GWU Law School Public Law Research

Paper No. 289. Disponível em SSRN: <<https://ssrn.com/abstract=998565>>. Acessado no dia 17.01.2020.

_____, Privacy Self-Management and the Consent Dilemma (November 4, 2012). 126 in **Harvard Law Review** 1880 (2013); GWU Legal Studies Research Paper No. 2012-141; GWU Law School Public Law Research Paper No. 2012-141. Disponível em SSRN: <<https://ssrn.com/abstract=2171018>>. Acessado no dia 17.01.2020.

SOPRANA, Paula. A inteligência artificial pode desenvolver problemas mentais? **Tilt UOL**. Publicado em 06.06.2018. Disponível em: <<https://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/06/06/a-inteligencia-artificial-pode-desenvolver-problemas-mentais-.htm>>. Acessado no dia 19.06.2018.

SOUZA, Carlos Affonso. O debate sobre personalidade jurídica para robôs. in **Revista da AB2L**, publicado em 31.10.2017. Disponível em: <<https://www.ab2l.org.br/o-debate-sobre-personalidade-juridica-para-robos/>>. Acessado no dia 17.05.2019.

STALLINGS, William. Criptografia e Segurança de Redes. Tradução Daniel Vieira. Revisão Técnica Paulo Sérgio Licciardi Messeder Barreto e Rafael Misoczki. 6ª edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

SUPER INTERESSANTE – <https://www.super.abril.com.br>.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: DIREITO AO ESQUECIMENTO – Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática. Junho/2017. Secretaria de Documentação Coordenadoria de Biblioteca. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaBibliografia/anexo/direito_ao_esquecimento.pdf>. Acessado no dia 12.07.2018.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – <http://www.stj.jus.br>.

SURVEILLANCE CAMERA MAN. Surveillance Camera Man 1-8. *in Youtube*, publicado no dia 27.12.2018. Disponível em: <<https://youtu.be/mP5ZVPwP7bg>>. Acessado no dia 03.06.2019.

STUENKEL, Oliver. Bem-vindos à Era da Confusão. *in Jornal El País*, 06.08.2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/06/opinion/1533562312_266402.html>. Acessado no dia 17.10.2018.

TARTUCE, Flávio. Herança digital e Sucessão Legítima – Primeiras Reflexões. *in Revista Digital Migalhas*, 26 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI288109,41046-Heranca+digital+e+sucessao+legitima+primeiras+reflexoes>>. Acessado no dia 20.12.2019.

TAVARES, Rui. Lembrar, Esquecer, Censurar. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 125-154, Dec. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000300007&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 25.06.2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141999000300007>.

TAURION, Cezar. Conceitos, processos, barreiras e recomendações sobre Big Data. *in IBM*, 2013. Disponível em: <https://www.ibm.com/developerworks/community/blogs/ctaurion/entry/conceitos_processos_barreiras_e_recomendacoes_sobre_big_data?lang=en>. Acessado no dia 08.05.2018.

TECHCRUNCH – <https://www.techcrunch.com>.

TECMUNDO – <https://www.tecmundo.com.br>.

TECNOBLOG – <http://www.tecnoblog.net>.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Proteção de Dados de Crianças e Adolescentes. *in* **Revista do Advogado da Associação dos Advogados de São Paulo**, ano XXXIX, n. 144, Novembro 2019, p. 54-59.

TELLES JR., Goffredo. O Direito Quântico: Ensaio sobre o Fundamento da Ordem Jurídica. São Paulo: Max Limonad, 1974.

TERRA – <http://www.terra.com.br>.

TI ESPECIALISTAS – <https://www.tiespecialistas.com.br>.

TODOROV, João Cláudio; MOREIRA, Márcio Borges. O conceito de motivação na psicologia. *in* **Rev. bras. ter. comport. Cogn.**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 119-132, jun. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452005000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 22.04.2019.

TOMELIN, Georghio. O Estado Jurislador. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL – <https://www.transformacaodigital.com>.

TSF RÁDIO NOTÍCIAS – <https://www.tsf.pt/>.

TVI24 – <https://tvi24.iol.pt>.

UNIVERSO ONLINE – <https://www.uol.com.br>.

VACCA, Giuseppe. Estado e mercado, público e privado. in **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 151-164, Set. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200008&lng=en&nrm=iso>. Acessado no dia 31.08.2018.

VALOR ECONÔMICO – <https://www.valor.com.br>.

VARSI ROSPIGLIOSI, Enrique. Los actos de libre disposición del cuerpo humano. in **Acta bioeth.**, Santiago, v. 25, n. 1, p. 9-23, Junho de 2019. Disponível em <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-569X2019000100009&lng=es&nrm=iso>. Acessado no dia 14.12.2019. <http://dx.doi.org/10.4067/S1726-569X2019000100009>.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Parte Geral. 13ª edição. São Paulo: Atlas, 2013.

VEJA – <https://www.veja.com.br>.

VIANNA, Túlio. Transparência pública, opacidade privada. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

VICE – <https://www.vice.com>.

XENOFONTE. Memoráveis. Trad. Ana Elias Pinheiro. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2009.

_____. Econômico. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WACHOWICZ, Marcos. Cultura Digital e Marco Civil da Internet: contradições e impedimentos jurídicos no acesso à informação. *in*: LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cintia Rosa Ferreira de. Direito & Internet III. Vol. I. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 235-259.

WALDOW, Vera Regina; BORGES, Rosália Figueiró. Cuidar e humanizar: relações e significados. *in* **Acta paul. Enferm.**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 414-418, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002011000300017&lng=en&nrm=iso. Acessado no dia 13.01.2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002011000300017>.

WANG, Daniel Wei Liang. Escassez de recursos, custos dos direitos e reserva do possível na jurisprudência do STF. *in* **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 539-568, Dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322008000200009&lng=en&nrm=iso. Acessado no dia 29.04.2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322008000200009>.

WEBER, Max. Economia e Sociedade – fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª. edição. Vol. I e II. Brasília: UNB, 2004.

WEFFORT, Francisco (Org.). Os Clássicos da Política. 14ª edição. São Paulo: Ática, 2006.

WIKIPEDIA – <https://www.wikipedi.org>.

WT SOFTWARE – <https://www.wtsoftware.com.br>.

ZANATTA, Rafael A. F. A Proteção de Dados Pessoais entre Leis, Códigos e Programação: os Limites do Marco Civil da Internet. *in*: LUCCA, Newton de; SIMÃO

FILHO, Adalberto; LIMA, Cintia Rosa Ferreira de. Direito & Internet III. Vol. I. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 447-470.

ZANIOLO, Pedro Augusto. Crimes Modernos – O Impacto da Tecnologia no Direito. Curitiba: Juruá, 2007.

ZERO HORA Online – <https://gauchazh.clicrbs.com.br>.

ANEXO I – MODELO DA CARTA DE REQUISIÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Prezados Srs. e Sras.

NOME, portador da cédula de identidade RG n. xxxxxx e regularmente inscrito no CPF/MF sob o n. xxx.xxx.xxx-xx, e em face dos eventos recentes, estou fazendo um requerimento para acessar meus dados pessoais, em conformidade com o disposto na Lei n. 12.965/14 (Marco Civil da Internet), Lei n. 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados) e o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu que instituiu o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR).

Estou preocupado que as práticas sobre as políticas de segurança da informação de sua companhia possam colocar minhas informações pessoais em risco de exposição ou, de fato, violaram sua obrigação de proteger minhas informações pessoais de acordo com a situação da EMPRESA.

Estou incluindo cópias dos meus documentos para verificação da minha identidade. Se necessitarem de mais informações, por favor, contate-me no meu endereço acima.

Gostaria de que vocês estivessem avisados de início que eu espero uma resposta aos meus questionamentos dentro de um mês, tal como determinado nos arts. 7o, incisos VI, VIII, XI e XIII e art. 8o da Lei 12.9065/14 (Marco Civil da Internet), art. 18 da Lei n. 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados) e art. 12 do regulamento 2016/679 (GDPR),

não ocorrendo isto, encaminharei meus pedidos para o DIRETOR DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.

Por gentileza, informem sobre o seguinte:

1. Desejo confirmação se vocês estão ou não processando meus dados pessoais. Se sim, por favor, forneçam as categorias de dados pessoais que vocês têm sobre mim em seus arquivos e banco de dados (art. 7º, VIII da Lei n. 12.965/14 e art. 18 da Lei n. 13.709/18).

a) Mais especificamente, por favor digam o que vocês têm sobre mim nos seus sistemas de informações, mais especificamente, o que está contido nos bancos de dados, incluindo *e-mails*, documentos em suas redes, ligações telefônicas ou qualquer outra mídia.

b) Adiciona-se a isto, um pedido de informações sobre quais países os meus dados pessoais estão armazenados ou são acessados. Neste caso, se você se utiliza de serviços de nuvem para armazenar e processar meus dados pessoais, informe também quais países estão localizados os servidores, onde os meus dados estão armazenados ou foram armazenados nos últimos 12 meses.

c) Forneça-me uma cópia ou um acesso aos meus dados pessoais que você tem ou está processando.

2. Forneçam com detalhes os usos específicos que têm feito, ou estão fazendo ou farão com os meus dados pessoais (art. 7º da Lei n. 12.965/14, art. 18 da Lei n. 13.709/18 e art. 12 do Regulamento 2016/679 (UE)).

3. Forneçam a lista de todos os terceiros com os quais vocês tenham compartilhado os meus dados pessoais (art. 7º da Lei n. 12.965/14, art. 18 da Lei n. 13.709/18 e art. 12 do Regulamento 2016/679 (UE)).

a) Caso vocês não tenham capacidade de identificar, com certeza, os terceiros com quem vocês compartilharam os meus dados pessoais, por favor, forneçam uma lista dos terceiros com quem vocês poderiam ter compartilhado os meus dados pessoais.

Por favor, identifique também quais jurisdições que vocês localizaram no item 1.b acima, a quais terceiros você se relaciona, que possam ter compartilhado, armazenados ou acessados os meus dados pessoais.

c) Adicionalmente, gostaria de saber quais salvaguardas foram colocadas em relação aos terceiros que você identificou, em relação à transferência dos meus dados pessoais.

4. Por favor, informem por quanto tempo vocês armazenam meus dados pessoais e se a retenção deles é baseada na categoria de dados pessoais. Identifique por quanto tempo cada categoria é retida.

5. Se vocês coletam outros dados pessoais meus de outra fonte além de mim, por favor, forneça todas as informações relativas a esta fonte, tal como determinado pelos art. 7o da Lei n. 12.965/14, art. 18 da Lei n. 13.709/18 e art. 14 do Regulamento 2016/679 (UE).

6. Se você está tomando decisões automatizadas sobre mim, incluindo criação de perfis, com base ou não no art. 20, § 1o da Lei n. 13.709/18 e no art. 22 da GDPR, Forneça todas as informações relacionadas as bases lógicas que são feitas estas decisões automatizadas, bem como os significados e consequências dos processamentos.

7. Gostaria de saber se os meus dados pessoais estão ou não sendo divulgados inadvertidamente por sua companhia, em razão de falhas de segurança ou vazamentos ocorridos no passado.

a) Se sim, informe os seguintes detalhes de cada vazamento:

i. uma descrição geral do que ocorreu;

ii. a data e o tempo da falha (ou a estimativa possível para este caso);

iii. A data e o momento que o vazamento foi descoberto;

iv. a fonte do vazamento (se a sua companhia ou terceiro que você compartilhou meus dados);

v. detalhe quais dados pessoais foram divulgados;

vi. a avaliação de sua companhia sobre o risco posto a mim, como resultado do vazamento;

- vii. Uma descrição minuciosa das medidas tomadas ou que serão tomadas para prevenir acesso desautorizado aos meus dados pessoais;
 - viii. Informações de contato para que eu possa obter mais detalhes em relação ao vazamento; e
 - ix. informação e aconselhamentos sobre o que eu posso fazer para me proteger contra possíveis danos, incluindo furtos de dados e fraudes.
- b.** Se você não for capaz de estabelecer, com certeza, onde a exposição ocorreu, através do uso de tecnologias adequadas, informe quais passos para mitigar os riscos foram tomados para:
- i. encriptar meus dados pessoais;
 - ii. estratégias para redução ao mínimo de vazamento de meus dados ou;
 - iii. Anonimização ou pseudonimização;
 - iv. quaisquer outros meios

8. Gostaria de saber quais políticas de informação e parâmetros que vocês seguem em relação aos resguardos dos meus dados pessoais, se vocês estão em conformidade com a ISO 27001 para segurança de informação, ou mais especificamente, suas práticas seguem o relacionado abaixo:

- a)** Informe se vocês realizaram a cópia de segurança de meus dados pessoais numa fita, disco ou outra mídia, onde vocês armazenaram e qual é o nível de segurança do lugar, incluindo quais passos tomaram para proteger os meus dados pessoais de perdas ou furtos e se todos esses procedimentos incluem encriptação dos dados.
- b)** Por favor, informe também se você possui alguma tecnologia que lhe permita, com razoável certeza, saber se os meus dados pessoais foram ou não divulgados, incluindo mas não limitado aos seguintes casos:
- i. Sistemas de Detecção de Intrusão
 - ii. Firewall;
 - iii. Tecnologias de gerenciamento de acesso e identificação;
 - iv. Ferramentas de segurança ou banco de dados auditáveis ou;
 - v. Ferramentas de análises comportamentais, ferramentas de análises de registros ou ferramentas de auditoria.

9. Em relação aos empregados e contratados, informe o seguinte:

- a)** quais tecnologias ou procedimentos comerciais você certifica os colaboradores dentro da sua organização e se eles são monitorados para garantir não façam deliberadamente ou inadvertidamente divulgação de dados pessoais para fora da sua companhia, através de *e-mail*, *webmail* ou mensagens eletrônicas ou quaisquer outros meios.
- b)** Você já teve alguma circunstância em que funcionários ou contratados foram demitidos e/ou foram acusados criminalmente por acessar dados pessoais de forma inadequada ou, se você não conseguir determinar isso, de quaisquer clientes nos últimos doze meses.
- c)** Por favor, informe sobre quais medidas de treinamento e conscientização você tomou para assegurar que funcionários e contratados, que estejam acessando e processando meus dados pessoais, em conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados, saibam de meus direitos envolvidos no processamento.

Atenciosamente.

USUÁRIO

RG n. XXXXXXXXXXXX

CPF n. XXXXXXXXXXXX